CAMARA MUNICIPAL DE SAO PAULO

ASSESSORIA TECNICA DA MESA -- A.T.M.

SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO

PROJETO DE LEI : 01-0934/1997 DE 1997

MATERIA LEGISLATIVA: PL 01-0934/1997 DE 30/09/97

PROMOVENTE: EXECUTIVO CELSO PITTA

NUM. OFICIO A.T.L.: 0183/1997

E M E N T A:

Dispõe sobre Plano Plurianual para o quadrienio 1998/ 2001, e da outras providencias.

O B S E R V A C O E S: Lei 12.531/97

ACOMPANHA UM VOLUME.

CNC Solutions
Tipo Processo Legislativo
28/10/2010 10:00:41
00000015430-08

ARQUIVADO EM 27/03/98

MARIA [illegible] CORREA
Chefe de Seção [illegible]

COD. 0213

Folha n.º 01 do proc.
n.º 934 de 1997

Prefeitura do Município de São Paulo

São Paulo, 30 de setembro de 1997

GABINETE DO PREFEITO

Ofício A. T. L. n.º 183/97

RECEBIDO NA A. T. M.
Em 30 / 09 / 97
às 17:00 horas

Senhor Presidente

aprovado em 23/10/97 Projeto de Lei nº 503/97

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, a fim de ser submetido ao estudo e deliberação dessa Egrégia Câmara, o incluso projeto de lei, que dispõe sobre o Plano Plurianual para os exercícios de 1998, 1999, 2000 e 2001.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração.

CELSO PITTA
Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
PRESIDÊNCIA
RECEBIDO
Prot. n.º _____ Data: 30/09/97
Recebido por: VALDIA NOGUEIRA

A Sua Excelência o Senhor Doutor Nello Rodolpho
Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo
LMBN/fsc

CÂ[illegible]CIPAL DE SÃO PAULO
[illegible]
cão.
nº 09
nesta data documento(s) rubri
28 e fôlha de in[illegible]mação sob
01/10/97 (

Folha n.º 02 do proc.
n.º 934 de 19 97

MENSAGEM DO PLANO PLURIANUAL 1998/2001

A atual Administração tem a honra de submeter à apreciação e deliberação dessa Egrégia Câmara Municipal o incluso projeto de lei do Plano Plurianual, para o período de 1998/2001.

A Constituição Federal substituiu o antigo Orçamento Plurianual de Investimentos, de duração trienal, pelo Plano Plurianual, de vigência quadrienal. Assim, elaborado no primeiro ano desta gestão, o Plano Plurianual vigorará até o primeiro ano da futura administração.

O § primeiro do Art. 165 da Constituição definiu:

"A lei que instituir o Plano Plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada."

O § 9º do mesmo artigo, dispõe:

"Cabe à lei complementar:

I - dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual;"

Encontra-se em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei Complementar, nº 135/96 que, somente agora, regulamentará a matéria. A inexistência de regulamentação ensejou uma série de dúvidas sobre o conteúdo do Plano Plurianual. Os mais variados modelos de Planos foram divulgados ao longo desses anos. Alguns, estabelecendo apenas metas físicas. Outros, diretrizes gerais e objetivos. As definições de "programas de duração continuada" foram muitas. Arguiu-se, também, o que seriam as "outras despesas decorrentes" das despesas de capital. Poucos foram os Planos Plurianuais que estabeleceram valores para os seus projetos.

Diante desse quadro, elaborou-se a proposta do Plano Plurianual consubstanciada em três segmentos. O primeiro, fazendo parte desta

Folha n.º 03 da proc.
n.º 934 de 1997

mensagem apresenta o "Diagnóstico Econômico da Prefeitura", com a finalidade de projetar a "capacidade de investir com recursos próprios" nos próximos 4 anos. O segundo, constante do Anexo I do Projeto de Lei, constitui-se documento em que, setorialmente, são apresentados diagnósticos, as diretrizes básicas e alguns objetivos. Por último, o Anexo II relaciona, por Secretaria (órgão orçamentário da Administração Direta), as "despesas de capital", "outras delas decorrentes" e os "programas de duração continuada".

DIAGNÓSTICO ECONÔMICO DA PREFEITURA

Para se elaborar o Plano Plurianual é necessário, em primeiro lugar, definir-se quais os recursos que poderão ser destinados, anualmente, para a realização das despesas de capital.

1 - RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A execução orçamentária é verificada através do balanço, instrumento que demonstra o efetivamente ocorrido em um exercício, e que se contrapõe ao orçamento, que é uma previsão inicial.

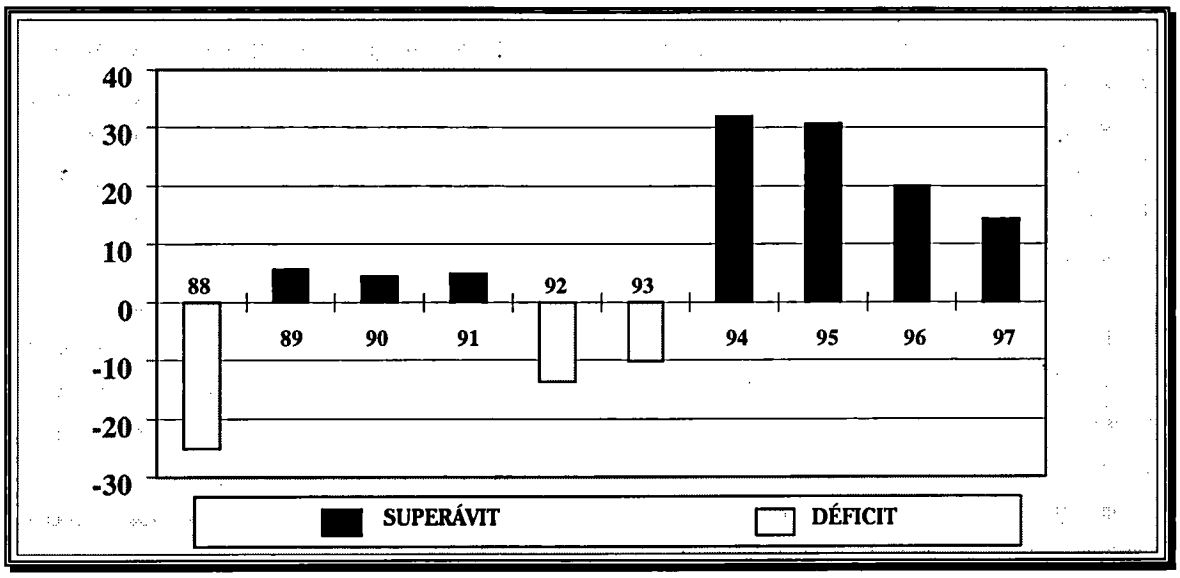
O resultado corrente, comparação da receita corrente arrecadada com a despesa corrente empenhada em cada exercício, é um razoável indicador da "capacidade de investir com recursos próprios".

1.1 - BALANÇO CORRENTE
(Em milhões de reais de 1997)

	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Receita Corrente	2.378,2	4.025,2	3.853,5	4.592,2	3.863,9	3.595,1	4.623,3	5.471,4	5.705,5	5.592,4
Despesa Corrente	2.980,3	3.813,7	3.685,9	4.378,3	4.393,8	3.965,7	3.498,6	4.181,4	4.758,3	4.889,0
SUPERÁVIT		211,5	167,6	213,9			1.124,7	1.290,0	947,3	703,4
DÉFICIT	(602,0)				(530,0)	(370,7)				
%	**(25,3)**	**5,5**	**4,5**	**4,9**	**(13,7)**	**(10,3)**	**32,1**	**30,9**	**19,9**	**14,4**

Folha n.º 04 do proc.
n.º 934 de 19 97

RESULTADO CORRENTE
CAPACIDADE DE INVESTIMENTOS COM RECURSOS PRÓPRIOS
em milhões de reais de 1997



A análise do histórico do balanço corrente demonstra que a partir de 1989, com as alterações tributárias inseridas na Constituição de 88, as receitas correntes da Prefeitura tiveram uma significativa evolução real, atingindo seu pico em 1991. O biênio 92/93 foi atípico, em função da justiça ter reduzido as alíquotas do IPTU/92, com consequência no IPTU/93.

A partir de 1994 as receitas correntes voltam a crescer e a Prefeitura passa a ter expressivos "superávits correntes".

2. A PROJEÇÃO ATÉ O ANO 2001

Para se projetar a "capacidade de investir com recursos próprios" adotou-se que:

- as receitas correntes de 1998 terão crescimento real de 15,1% em relação a 1997 em função do aperfeiçoamento da administração tributária a ser obtido com a intensificação da atualização dos cadastros fiscais, da informatização e da fiscalização dos tributos municipais;

- a evolução da receita nos exercícios subsequentes se dê à taxa de 3,3% ao ano (média do período 92/97);

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO S.A. IMESP

Folha nº 05 do proc.
nº 934 de 1997

- em função do volume de obras realizadas no período 93/96, novos precatórios pressionarão a execução orçamentária dos próximos exercícios, mesmo que os depósitos iniciais, após a Constituição de 1988, tenham sido mais próximos do valor real dos imóveis;

- as despesas correntes após 1998 terão um crescimento real de 2,0% ao ano;

- a rolagem dos títulos públicos seja aprovada pelo Senado até 1999;

- a dívida mobiliária (títulos) a ser resgatada a partir do ano 2000 (Art. 5º da Emenda Constitucional nº 3/93) à base de R$ 1,10 bilhão por ano (de 2000 a 2004) tenha seu perfil alongado em 20 anos (R$ 275 milhões por ano).

	1998	1999	2000	2001
RECEITAS CORRENTES	**6.437,3**	**6.649,7**	**6.869,2**	**7.095,9**
Despesas Correntes	5.522,2	5.632,6	5.745,3	5.860,2
Precatórios	260,0	260,0	260,0	260,0
Resgate de Títulos	-	-	275,0	275,0
Amortização de Dívidas	45,0	50,0	55,0	60,0
DESPESA COMPROMISSADA	**5.827,2**	**5.942,6**	**6.335,3**	**6.455,2**
Recursos próprios para novas Despesas	610,1	707,1	533,9	640,7

Em milhões de reais de 1997

Assim, cerca de R$ 2,5 bilhões de recursos próprios poderão ser destinados ao Plano Plurianual. Ressalte-se, mais uma vez, que as despesas com precatórios, resgate de títulos e amortização de outras dívidas, apesar de classificadas como "de capital", não estão incluídas no Plano Plurianual.

Levando-se em consideração que os "superávits correntes" previstos indicam que a Prefeirura estruturalmente apresenta "capacidade de endividamento", o Plano Plurianual contará, também, com recursos de terceiros (empréstimos), classificados como receitas de capital.

Folha nº 06 do proc.
nº 934 de 1997

3. RECURSOS PARA O PLANO PLURIANUAL
(Em milhões de reais de junho/97)

	1998	1999	2000	2001
RECURSOS PRÓPRIOS	610,1	707,1	533,9	640,7
RECEITAS DE CAPITAL	858,0	1.055,7	1.295,5	1.276,7
Recursos Disponíveis para o Plano Plurianual	1.468,1	1.762,8	1.793,4	1.917,4

O Plano Plurianual, para o quadriênio 1998/2001 em valores de junho/97, é de R$ 6.941.620.000,00 (seis bilhões, novecentos e quarenta e um milhões, seiscentos e vinte mil reais). É de se destacar os recursos destinados às Secretarias da área social - R$ 3.185.139.866,00 (três bilhões, cento e oitenta e cinco milhões, cento e trinta e nove mil, oitocentos e sessenta e seis reais), que representa 45,9% do total. Individualmente, a SEHAB, com 28,7%, é a secretaria com o maior volume de recursos, seguindo-se SVP, com 28,2% e Transportes, com 21,3%.

Folha n.º 07 do proc. n.º 934 do 19 97

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº 01-0934/1997 ***DE 1997***

LIDO HOJE
ÀS COMISSÕES DE: 30 SET 1997
Educação e Orçamento
PRESIDENTE

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 1998/2001 e dá outras providências

CELSO PITTA, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 26 de dezembro de 1994, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - Esta lei institui o Plano Plurianual da Prefeitura do Município de São Paulo, para o quadriênio 1998/2001, em cumprimento ao disposto nos artigos 69, inciso X e 137, inciso I, da Lei Orgânica do Município de São Paulo, o qual estabelece, para o período, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública municipal.

Parágrafo 1º - Para cumprimento das disposições da Lei Orgânica do Município de São Paulo, que disciplinam o Plano Plurianual consideram-se:

I - diretrizes, o conjunto de critérios que deve disciplinar e orientar os diversos aspectos envolvidos na atuação do Governo. É portanto, uma política de Governo, podendo ser global ou setorial;

II - objetivos, os resultados que se pretendem alcançar com a realização das ações governamentais;

III - metas, o conjunto de obras e serviços a serem realizados para atingir os objetivos estabelecidos;

Parágrafo 2º - As diretrizes e os objetivos a que se referem este artigo são apresentados no anexo I desta lei.

Parágrafo 3º - As metas a que se referem este artigo são especificadas no anexo II desta lei.

SEÇÃO DE PROTOCOLO
30 SET 1997
- DT. 10 -
SGM-023-DGM

Folha n.º 08 do proc.
n.º 934 de 19 97

Artigo 2º - Os valores constantes do Plano Plurianual são de junho/97.

Artigo 3º - Os recursos para a execução do Plano Plurianual, para o quadriênio 1998/2001, serão estimados e definidos por ocasião da elaboração dos orçamentos correspondentes àqueles exercícios.

Artigo 4º - A programação da Despesa do Plano Plurianual, para o quadriênio 1998/2001, será desdobrada por órgão e por região.

Artigo 5º - O Poder Executivo promoverá medidas necessárias à efetiva execução do Plano Plurianual, no período, o qual poderá ser revisado ou modificado, ao longo de sua vigência, através de lei específica, em decorrência de alterações de prioridades ou do contexto social, econômico ou financeiro.

Artigo 6º - Esta lei entrará em vigor a 1º de janeiro de 1998, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de São Paulo, em de de 1997, 443º da fundação de São Paulo.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Papel para informação, rubricado como folha nº 09

do processo nº 934 de 19 97 01 / 10 / 97 (a)

Ao Senhor Assessor Chefe,
Sobre o assunto, nada consta:
Em 01-10-97.

FÁTIMA APARECIDA MOTTI
Assist. Técnico Legislativo

À Com. de Finanças
1º / 10 / 97

LUIZ AREIAS DE CARVALHO
Ass. Tecn. Leg. Chefe - A. T. M.

Recebido na Comissão de
Finanças e Orçamento
Em 02/10/97 as 15:00 h.

Ao nobre Vereador Mama Gratis
para relatar.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento
02/10/97

Presidente

SEGUE ... juntado S ... nesta data; ... documento S ... e papel para informação, rubricado S ...
sob folha S ... nº 10 a 18

Em 30/10/97

(a) ...
ISABEL P. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

Folha nº 10 do proc.
nº 934 de 1997
o funcionário

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA
DT. 10

SEM REVISÃO

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Presidente: Senhor Vereador Dito Salim

Membros : Senhores Vereadores

Jose Eduardo Martins Cardozo

Henrique Pacheco

Jose Indio

Hanna Gharib

Natalicio Bezerra

Lidia Correa

Dalton Silvano

Audiência Pública s/PLs. 933 e 934/97 realizada na Sala Tiradentes da Câmara Municipal de São Paulo em 30 de outubro de 1997.

Solicitante: Senhor Vereador Dito Salim

(Memo. nº. 89/97)

Secret. Rosemari Curi

Folha n.º 10-A do proc. n. 934 de 1997
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
R16 R17	5	Idelci	C.Finanças	30.10.97		ISABEL P. S. HANASHIRO Of. Adm. Geral III

O SR.DITO SALIM - Não.

O SR; JOSE INDIO FERREIRA DO NASCIMENTO - Não pode passar das três.

O SR. DITO SALIM - Sem dúvida. Sexta feira secretarias municipais de Educação, de Saúde, Fundesp, Hospital do Servidor Público Municipal e Serviço Funerário. Na segunda feira, dia 10...

O SR. JOSE INDIO FERREIRA DO NASCIMENTO - Presidente, é preciso reavaliar isso aí. É humanamente impossível cumprir. Alguém está brincando! Estão brincando!

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE - Dia 10, segunda feira, secretarias de Negócios Jurídicos, de Esportes, Lazer e Recreação, Fundesp, de Cultura, Fetac, Fundo Especial. Dia 11 teremos a segunda audiência pública com o Sr. SEcretário, na Sala Tiradentes, sobre a proposta orçamentária para 1998, sobre o plano plurianual, para o quadriênio 1998/2001. Esta foi a

Folha n.º 11 do proc. n.º 934 de 1997
o funcionário
ISA/CONT. ADAMS NASHIRO
Of. Adm. Geral III

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR
R17	1	Idelci	C.Finanças	30.10.97	Presidente

primeira audiência pública sobre o PL 934/97, que dispõe sobre o plano plurianual para o quadriênio 1998/2001. Para encerrar, está inscrito o nobre Vereador Dalton Silvano, que está com a palavra.

O SR. DALTON SILVANO - Sr. Presidente...

O SR. JOSE INDIO FERREIRA DO NASCIMENTO - Quanto ao meu requerimento de reavaliação?

O SR. DALTON SILVANO - Vamos reavaliar...

O SR. _____ - Um minutinho, por favor. Só queria concordar com o que o Freitas disse, quanto ao valor fixado pelo governo federal, por criança matirculada/ano, que é de 315 reais. Que é um valor insuficiente para garantir a matrícula e a permanência de uma criança na escola. Quero também aproveitar a oportunidade, para solicitar ao Freitas, que na segunda audiência pública que termos aqui, que de fato seja, na peça orçamentária, determinado ou especificado, como serão gastos os recursos do Fundão, porque o artigo 7º diz que"os recursos devidos aos estados, aos distritos e municípios, constarão de

programação específica no respectivo orçamento." Na primeira proposta não há uma especificação da execução dos 115 mil,hões, para cumprir o que dispõe a lei, se isto é possível, se a Secretaria de Finanças entende desta maneira, também.

O SR. DALTON SILVANO - Sr. Secretário, quero apenas fazer uma colocação, antes de encerrar. No início fui o primeiro vereador a manifestar-se. Lamentavelmente, uma emenda que apresentei à LDO, que permitia a participação da comunidade e dos vereadores, com relação a apresentar propostas para execução de algumas atividades e projetos, foi rejeitada pelo Plenário. Havia até uma concordância do Secretário, que numa audiência pública ou reunião da Comissão de Finanças, S.Exa. havia manifestado de forma positiva, que pudéssemos inserir no orçamento, algum projeto, alguma atividade, em que se pudesse constatar necessidade maior; pelo menos para que o Município pudesse analisar. Sobre a questão das administrações regionais, lembro que manifestei-me, porque determinada AR tem recurso maior e outra tem recurso menor, embora com demanda que a gente sabe que é maior, pelo menos aparentemente. Queria colocar que, nas reuniões técnicas, que se viabilizasse a possibilidade de podermos acordar, inclusive, um remanejamento, uma inclusão na

peça orçamentária, para uma escola, uma atividade, uma creche etc. A minha emenda...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. DALTON SILVANO - Eu posso. Mas ela acabou sendo rejeitada em plenário. Havia um sentimento positivo do Secretário. Acho que seria bom que saíssemos da reunião com a concordância do Secretário, porque sabemos que ela foi rejeitada em bloco. Podemos colaborar na execução da peça orçamentária. Faço este apelo, até, porque os vereadores e a própria população, que estão na comunidade, que apresentem as demandas existentes.

O SR. JOSE INDIO FERREIRA DO NASCIMENTO - Se fizer isso por meio de indicação, durante o ano, ficará mais fácil, porque aí já é colocado dentro da previsão.

O SR; DALTON SILVANO - Eu sei. Só que a emenda foi rejeitada. Por isso é que estou fazendo um apelo.

Folha n.º 14 do proc
nº 934 de 19 97
Funcionário
ISABEL P. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
R17	4	Idelci	C.Finanças	30.10.97		

O SR. JOSE INDIO FERREIRA DO NASCIMENTO - Então faça a indicação durante o ano.

O SR. DALTON SILVANO - Acho que ainda está em tempo. Estamos discutindo 1998.

O SR. DITO SALIM - Tem a palavra o nobre Vereado Hanna Gharib.

O SR. HANNA GHARIB - Como relator, quero aproveitar a carona do Vereador José Indio Ferreira do Nascimento. Peço ao Sr. Presidente que verifique junto ao Cerimonial. Está certo que há coisas importantes para serem discutidas, mas mais importante agora é o orçamento, daqui até o fim do ano. Eles têm que arrumar tempo para fazermos as reuniões. Uma secretaria em cima da outra, não teremos tempo hábil. É necessário que prorroguemos essas reuniões. Que o Cerimonial arranje tempo e sala para nós, por favor.

O SR. _____ - Sr. Presidente, na mesma direção, acho que foi oportuna a observação do Vereador José Indio Ferreira do

Folha n.º 15 do proc
n.º 034 de 1997
o funcionário
ISAEL P. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
R17	5	Idelci	C.Finanças	30.10.97		

Nascimento. Ao concentrar inúmeras secretarias, não vamos conseguir debater, com o interesse desejável, os temas que vão constar da peça orçamentária. Se houver dificuldades neste plenário, no Tiradentes, acho que devíamos usar um remédio masi drástico, utilizando o plenário Primeiro de Maio, para a realização das reuniões. O que não podemos, é, por conta da falta de espaço, deixarmos de fazer as reuniões. Aí o Sr. Secretário dirá: "Vejam as dificuldades da Câmara, que tenta adequar seu orçamento, faz com parcimônia, paga seus credores, e mesmo assim não tem espaço." Muito obrigado.

O SR. _____ - Só para colocar uma questão. Quando fiz aquela série de questionamentos ao Secretário e S.Exa. respondeu a respeito das receitas. Percebi algumas contradições que gostaria que fossem esclarecidas. A primeira delas é o seguinte: se não estou equivocado, a arrecadação do ISS este ano, será de cerca de 1,3 bilhãode reais. Calculando 13% sobre 1,3 bilhão de reais, dá 150 milhões de reais. Em segundo lugar, o senhor afirmou que a cobrança da Dívida Ativa, que hoje é cerca de quatro bilhões, seria a salvação da prefeitura. Quero afirmar que, do meu ponto de vista, dada a crise que o País está atravessando, aguçada pela recente crise nas bolsas de valores nesta semana - basta

Folha n.º 16 do proc
n. 934 de 19 97
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
R17	6	Idelci	C.Finanças	30.10.97		ISABEL P. S. HANASHIRO Of. Adm. Geral III

ver na imprensa - no meu modo de ver, vai aumentar a inadimplência. Acho que vai ser difícil a prefeitura aumentar a arrecadação por aí. Em terceiro lugar, o Sr. Secretário afirmou que haveria uma arrecadação de ICMS. O senhor, mesmo, abordou essa questão, afirmando que os efeitos da Lei Kandir estão prejudicando enormemente prefeituras como a de São Paulo, que têm a transferência da arrecadação do ICMS,

Folha n.º 17 do proc n.º 934 de 1992
o funcionário
ISABEL P. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONFERÊNCIA
R18	1	valéria	finanças	30.10	odilon	

É o imposto mais importante que a Prefeitura tem e o senhor sabe disso. Então, eu só queria alertar ao senhor e demais vereadores presentes que, por um lado a receita em meu modo de ver não vai chegar a esses 8 bilhões e 475 milhões, dado que as fontes de arrecadação estão prejudicadas e, por outro, as despesas vão aumentar com o pagamento da dívida porque as taxas de juros vão aumentar - é só ler os jornais de hoje. Só estou colocando essas questões para reafirmá-las e não para polemizar. Obrigado.

O SR. DITO SALIM - Quero agradecer ao Dr. José Antonio de Freitas, digníssimo Secretário Municipal das Finanças, ao Dr. José Padim, chefe de gabinete, aos Veeadores Hanna Gharib, Henrique Pacheco, Dalton Silvano, Alan Lopes, Natalício Bezerra, Lídia Correa, Ivo Morganti, José Mentor, Italo Cardoso, Carlos Neder, José Indio Ferreira do Nascimento, Devanir Ribeiro, Sr. Claudio Fonseca, Sr. Marcos Barretos.

Fico triste em saber que o trabalho deste homem tão sério e tão interessante para São Paulo não esteja sendo prestigiado pela Tevê São Paulo. Muito obrigado. Dou por encerrada esta primeira audiência pública.

Está prsente também o Vereador Milton Leite.

O SR. HENRIQUE PACHECO - Vereador, acho que precisamos cobrar a presença da Tevê São Paulo neste debate. Devo ressaltar que

Folha n.º 18 do proc
n.º 934 de 1997
o funcionário
ISABEL F. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
R18	2	valéria	finanças	30.10		

a Tevê São Paulo tem dado grande contribuição para o debate na Cidade.

O SR. DITO SALIM - Estão encerrados os nossos trabalhos.

EM BRANCO

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SEGUE(M) juntado a presente Inteiro teor(es) rubricado(s) sob n.º 19/81 e fólha de informação sob n.º 120/11/97 a (

Folha n.º 19 do proc. 934 de 1997
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Presidente: Senhor Vereador Dito Salim

Membros : Senhores Vereadores

Jose Eduardo Martins Cardozo

Henrique Pacheco

Jose Indio

Hanna Gharib

Natalicio Bezerra

Lidia Correa

Dalton Silvano

Reunião realizada na Sala Tiradentes da Câmara Municipal de São Paulo em 18 de novembro de 1997.

Solicitante: Senhor Vereador Dito Salim

(Memo. nº. 01 - 07 e 39/97)

Secret. Rosemari Curi

Folha n.º 20 do proc.
nº 934 de 1997
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
S2	2	Anelise	FINANÇAS	18.11.97		

O SR. DITO SALIM - Boa tarde a todos.

Matéria orçamentária, PL 933/97 de autoria do Executivo, que estima receita e fixa despesa da administração direta e indireta do município de São Paulo para o exercício de 1998.

pl 934/97 de autoria do Executivo que dispõe sobre o Plano Plurianual e Quadriênio 1998 a 2000.

O SR. JOSÉ EDUARDO MARTINS CARDOZO - (Pela ordem) Sr. Presidente, ao que me consta, peço que me corrija, a Audiência Pública do Orçamento está marcada para as 13h e 10min. São 13h 25min, ainda não presente no recinto S. Exa., o Sr. Secretário das Finanças do Município.

Na medida em que a convocação foi feita para as 13h e 30 min, Sr. Presidente, o início antecipado é irregular. Portanto, peço que V. Exa. aguarde para dar início formal à audiência, que não pode ser desrespeitada na sua convocação publicada em jornal.

O SR. ..... - Pela ordem, Sr. Presidente. Como esta comissão é de membros que gostam de trabalhar, todos se anteciparam ao horário e já temos quorum suficiente. Então, todos presentes, temos quorum suficiente, podemos iniciar, por favor.

Folha n.º 21 do proc. nº 534 de 1997
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
S2	3	Anelise	FINANÇAS	18.11.97		

O SR. JOSÉ EDUARDO MARTINS CARDOZO - Sr. Presidente, o horário de convocação é de audiência pública, não apenas para Vereadores. Portanto, deve ser iniciada no horário, 13h e 30min.

- Pronunciamentos fora do microfone.

O SR. JOSÉ EDUARDO MARTINS CARDOZO - Sr. Presidente, não se tra ta de um formalismo exacerbado. Acontece que o Sr. Secretário das Finanças não está presente. Seria desonroso ao Sr. Secretário : iniciar uma audiência sem sua presença.

O SR. DITO SALIM - Sem dúvida alguma.

O SR. _____ - Não há nada de desonroso, o Sr. Secretá rio está aqui e, na hora em que entender, ele virá. O que interessa, Sr. Presidente, é a Comissão de Finanças iniciar a audiência pública.

O SR. _____ - Quero endossar as palavras do nobre Vereador Eduardo Martins Cardozo. Estamos a dois minu-

tos e, a continuar neste debate preliminar, chegarem os às .. : 13h e 30min.

O SR. _____ - Não tem réplica.Inicie a reunião, por favor, Sr. Presidente.

O SR. DITO SALIM - A reunião já está iniciada.

Agradeço ao nobre ex-Vereador Odilon Guedes, ao nobre Vereador : Dalton Silvano, a quem temos a honra de tê-lo aqui, do lado do meu coração, lado esquerdo, ao nob re Vereador Hanna Gharib, nobre Vereador José Eduardo Martins Cardozo, nobre Vereador Natalício Bezerra e à nobre Vereadora Lídia Correa.

Agradeço também a presença do nobre Secretário das Finanças Dr. José Antonio de Freitas.

Tem a palavra o nobre Vereador José Eduardo Martins Cardozo.

O SR. JOSÉ EDUARDO MARTINS CARDOZO - Sr. Presidente, eu* gostaria, inicialmente, de saudar a presença de S. Exa, o Secretário de Finanças do município, que aqui comparece ao debate sobre a propos-

Folha n.º 23 do proc.
n.º 534 de 1997
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
S3	1	Anelise	FINANÇAS	18.11.97		

ta orçamentária para o ano de 1998.

Eu gostaria de fazer algumas arguições ao Sr. Secretário, se ele me permitisse, com fins de esclarecimento.

Em primeiro lugar, Sr. Secretário, o orçamento de 1998, a proposta de orçamento, em valores confirmados inclusive pelos técnicos da Secretaria da Educação, está registrada uma diminuição de 63 mil e ..56 vagas oferecidas pelo município em relação à rede de ensino. Ou seja, pela proposta orçamentária para 1998, teremos uma diminuição de . oferta de 63mil vagas, aproximadamente.

Pergunto se isso foi uma deliberação do Sr. Prefeito, se o Sr. Prefeito ordenou um corte orçamentário nessa parte para que tenhanos realmente uma melhor : oferta de ensino ou por que outra razão isso acontece?

Apenas pondero que os números foram confirmados na reunião técnica, pelos técnicos da educação.

9

O SR. JOSÉ ANTONIO DE FREITAS - A reunião técnica do orçamento . e finanças, tenho aqui os dados levantados e realmente confirmo: 63 mil e 56 vagas de diferença.

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
S3	2	Anelise	FINANÇAS	18.11.97		

O SR. JOSÉ EDUARDO MARTINS CARDOZO - Em segundo lugar, Sr. Secretário, vários técnicos de todo país têm-se debruçado na análise do "pacote" do Governo. Alguns até têm dito que os orçamentos, que as peças orçamentárias teriam que ser todas revistas pelas implicações que haveria na órbita municipal, com certeza, com relação à elevação da taxa de juros, e outras questões atinentes.

A proposta orçamentária foi encaminhada à Câmara Municipal antes das medidas governamentais. Salvo se ela tivesse números inexatos - o que com certeza V. Exa. não poderia aceitar - creio que talvez a proposta orçamentária tivesse que ser reajustada em projeções, em especial em relação ao. pagamento das dívidas do Município.

Vem daí minha pergunta: não seria o caso, Sr. Secretário, de se fazer um estudo sobre as implicações do "pacote" governamental na proposta orçamentária encaminhada para o Executivo na perspectiva de ajustar números e prognósticos em relação a receitas, a aspectos que, direta ou indiretamente o "pacote" governamental poderá influenciar?

Se eu estava ausente, ele não responderá novamente a mim. Obviamente, ele responderá pela primeira vez.

Terceiro, Sr. Secretário. Pergunta relativa à área de transportes. Pelos nossos dados houve um "estouro" orçamentário no sub-

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
S3	3	Anelise	FINANÇAS	18.11.97		

sídio ao transporte para este ano. Havia uma previsão de 40 milhões de reais e, pelos meus dados, até o dia 17 de novembro, já foram gastos 254.655.114 milhões de reais.

Na proposta orçamentária no ano de 1998, há uma redução substantiva daquilo que já foi gasto este ano. É de 155 milhões. Há uma dúvida, então, real, de minha parte. Ou este ano se gastou demais em subsídios, ou no ano que vem se pretende gastar menos. Por quê? Pretende o Executivo aumentar a tarifa de transporte coletivo a ponto de reduzir os subsídios? Como se explica que a dotação do subsídio este ano seja em muito inferior ao que foi gasto este ano. Qual é a lógica? Por que é que no ano que vem se gastará menos em transporte do que este ano? Enquanto que tivemos um verdadeiro "estouro" orçamentário nesta parte este ano?

Apenas precisando as perguntas, por que, Sr. Secretário, se gastou tanto dinheiro em transporte este ano. E se segastou tanto dinheiro, como se explica a projeção infinitamente inferior no ano que vem na área de transportes? Há uma política do Sr. Prefeito Celso Pitta em trabalhar com nível tarifário mais elevado?

Para não monopolizar a palavra, por enquanto, Sr. Secretário, reservo-me o direito de fazer outras perguntas a posteriori.

Folha n.º 26 do proc.
n.º 0324 de 1997
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	— CONT.: APARTE
S3	4	Anelise	FINANÇAS	18.11.97		

Seriam essas as primeiras perguntas.

Fazemos isso para que todos possam falar. O Presidente já me repreendeu outras vezes por ter monopolizado a palavra, e eu acato a orientação do meu querido Presidente. Então, voltarei a fazer outras perguntas oportunamente, Sr. Secretário.

O SR. DITO SALIM - Tem a palavra o nobre Secretário de Finanças.

O SR. JOSÉ ANTONIO DE FREITAS - Boa tarde a todos. Respondendo às questões formuladas pelo Sr. Vereador, com relação à Secretaria de Educação, o número, a quantidade de vagas constante na proposta orçamentária foi um número fornecido pela Secretaria de Educação. Essa Secretaria esteve presente em uma reunião técnica e confirmou esses números. Portanto, não posso dizer se houve redução ou não. A Secretaria confirmou a quantidade de vagas

12

Folha n.º 27 do proc. nº 934 de 1997
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
S4	1	beth	com. fin .	18.11.97		

[redacted]. É essa existente. O que posso dizer é que para o orçamento de 98 está destinado 1,2 bilhão para a Secretaria da Edmaação, significando XXX 14.2 na sua participação relativa no orçamento, significa um crescimento de 31.6 sobre o gasto de 97 e significa principalmente - elaboramos a proposta que foi entregue em 30 de setembro - esse valor, 1,212 cubrirá e cumprirá os 30% dos gastos que deverão ser direcionados à Secretaria da Educação além de oobrir esse valor residual que foi dividido em quatro parcelas anuais. Para 1998 está previsto cerca de 78 milhões além de contemplar 115 decorrentes do fungão - Fundo de Educação.

Portanto, o que tenho a dizer é que o orçamento para a Secretaria de Educação, especificamente, é o maior valor de recursos constante da proposta orçamentária de 1998. Evidentemente que a Prefeitura está envidando todos os esforços no sentido de que não faltem vagas para as crianças. Agora, detalhes técnicos com relação à quantidade e número de vagas terá de haver uma consulta ao Secretário da Educação.

Folha n.º 28 do proc. nº 934 de 1997
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
S4	2	beth	com. fin.	18.11.97		

O SR JOSÉ EDUARDO MARTINS CARDOZO - A Secretaria da Educação realmente confirmou a redução do número de vagas. A minha dúvida é se houve uma determinação do Sr. prefeito quanto a isso à Secretaria das Finanças.

O SR JOSé ANTONIO DE FREITAS - Não, não houve. Tanto é que disse e repito que está sendo direcionado à Secretaria da Educação p maior valor de recursos do orçamento, cerca de 1,2 bilhões. Com relação ao pacote do Governo entendemos que o Governo Federal disse que tal pacote seria momentâneo, transitório, cerca de dois ou três meses. Evidentemente que se esse pacote perdurar por seis, sete meses, um ano, também fica claro que haverá uma desaceleração econômica que diminuirá a nossa arrecadação do ICMS. É um fato, a Prefeitura está atenta e nós achamos que se o pacote perdurar haverá, sem dúvida uma redução na arrecadação proveniente do ICMS. O ISS não creio porque é um segmento que teve um crescimento dos serviços, além de quantitativamente o preço do serviço não acompanhou essa dita globalização de tal forma que acredito que no ISS pode haver uma queda que não será significativa mesmo por-

Folha n.º 29 do proc. n.º 934 de 1997
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
S 4	3	beth	com. fin.	18.11.97		

que a Prefeitura tem um XXXXX potencial muito grande de ISS. Em relação ao XX ICMS, sem dúvida, a volto a repetir, a persistir por longo tempo essa poláitica de juros elevados haverá uma desaceleração da economia e vai haver reflexos da arrecadação da Prefeitura no lado da receita. No lado da despesa com os juros elevados haverá um crescimento no nosso custo de carregamento dos títulos municipais. Repito, a Prefeitura está atenta e entendo que não seria conveniente qualquer alteração na proposta orçamentária mas deveria haver sim, na lei orçamentária algum dispositivo que permitisse à Prefeitura fazer uma revisão desse orçamento XXXXaté março, abril, a persistir essa política de juros de juros elevados. Acho deveria ser inserido na lei orçamentária um artigo que permitisse à Prefeitura fazer uma revisão da proposta oarçamentária no mês de abril, março, em função da queda ou não dessa receita. Com relação à área de transporte, o Sr. tem razão, esse ano o Sr. tem o número XXXX correto, foram gastos, empenhados 250 milhões e a Prefeitura sempre espera que haja uma racionalização nesse custo, nesse serviço que a Prefeitura faz ao subsídio ao transporte coletivo. Eu não participei da

reunião técnica do pessoal com o Carlos Toledo mas creio que o Secretário deve ter dado a explicação do porquê da redução ao subsídio. A Secretaria das Finanças fez colocar no orçamento o que foi pedido pela Secretaria dos Transportes.

O SR JOSÉ EDUARDO MARTINS CARDOZO - O que me chama atenção é a diferença de valores. O valor gasto, até 17 de novembro, ao longo desse ano, é de 254 milhões e ele tende a aumentar. Mas o orçado é de 150 milhões. Portanto, estamos falando de uma racionalização em torno de 100 milhões de reais. Me causa espanto. Ou se vai trabalhar com o nível tarifário mais alto ou existe alguma mudança no sistema de transporte para que se reduzisse tudo isso. Eu não vejo vislumbrar, sem ser no aumento de tarifa, qualquer outra solução, qualquer perspectiva de racionalização. Ou será ainda, sr. Secretário que realmente a Secretaria dos Transportes se descontrolou e gastou mais do que seria cabível em padrões normais.

16

Folha n.º 31 do proc. nº 0334 de 1997
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
S4	5	beth	com. fin.	18.11.97		

O SR JOSÉ ANTONIO DE FREITAS - Os gastos com subsídios têm se situado por volta dos 20 milhões/mês decorrente da diferença em tarifa paga, R$o,90 e a tarifa da planilha, R$0,97 mais os passes, de trabalhadores e estudantes que dá um reflexo de R$0,12 de subsídio. Evidentemente que esse valor de 150, se não for suficiente a Prefeitura vai no correr do ano providenciar a suplementação do recurso. Realmente não participei da reunião do Carlos Toledo e espero que tenha justificado perante os membros da Comissão o porquê do valor

O SR JOSÉ EDUARDO MARTINS CARDOZO - Infelizmente o que a minha assessoria técnica registrou não foai essa impressão.

O SR JOSÉ ANTONIO DE FREITAS - Caberia ao Presidente da Comissão a indagação por escrito ao Sr. Secretário.

O SR JOSÉ EDUARDO MARTINS CARDOZO - Outra pergunta que gostaria de fazer a propósito dessa linha, todos nós sabemos, o Sr. é

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
S4	6	beth	com. fin.	18.11.97		

um expert que os governos quando encaminham suas propostaso orçamentárias muitas vezes eles

adotam algumas estratégias de ajustes financeiras.

18

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT.-APARTE
s5	1	alex	C.Finanças	18 11		

[redacted] e inflação de números, materializadas pela inclusão de operações de crédito, que, de antemão, sabe-se que não serão realizadas. Apenas se fecham os buracos e os rombos, prevendo-se operações de créditos que, de antemão, nunca são concebidas.

Chama-me a atenção, na proposta orçamentária de 1998, o Orçamento da Secretaria da Habitação. Pelo levantamento que fiz, 73% dos recursos destinados à habitação são de operações de crédito. Portanto, a habitação, em não se realizando essas operações de créditos, sofrerá um tombo, diria, do ponto de vista de suas metas orçamentárias.

A primeira pergunta que faço é a seguinte: das operações de crédito da Secretaria da Habitação, , quais são aquelas já contratadas e, portanto, já garantidas? Isto é, que os contratos já estão assinados e, portanto, efetivados.

Em segundo lugar, os estudos que fizemos do Orçamento mostram que há um decréscimo de valores relativamente ao Cingapura. Nossos dados mostram uma diminuição de investimentos no Porgrama Cingaupra. Isso quer dizer que o Cingapura deixou de ser uma prioridade governamental? Se deixou de ter essa característica para o Governo Celso Pitta ou qual foi a razão que determinou essa redução de investimentos?

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
s5	2	alex	C.Finanças	18 11		

O SR. SECRETÁRIO - O que a proposta orçamentária contempla para o Cingapura são cerca de [illegible] 202 milhões. Não tenho o detalhamento, mas esse é o valor. Em termos de empenho, significa o dobro do que foi empenhado para este ano, cujo montante foi de 120 milhões, tão-somente. Por que tão-somente 120 milhões? Porque a Prefeitura esperava [illegible] contar com recurso do BID desde o [illegible] início do ano. O contrato fora assinado em meados do ano e até agora a Prefeitura não recebeu nenhum recurso.

Para o ano que vem, contratos assinados, o que deverá ser canalizado para o Cingapura, existe esse contrato com o BID, cuja participação é por volta de 150 milhões, sendo 100 milhões da Prefeitura. Isso não quer dizer [illegible] que esses 150 milhões entrarão numa única parcela. Existe uma previsão de desembolso de três, quatro anos. A Prefeitura conta, ou espera contar, para o ano que vem , com 50 milhões do BID.

Foi aprovado recentemente pela Câmara Municipal uma assinatura de contrato com a CEF no valor de 70 milhões. Isso ainda não foi assinado. A Prefeitura espera assinar até o final deste ano; no mais tardar, início do ano que vem. A exemplo do BID, esses 74 milhões não serão canalizadas num só momento para a Prefeitura. Entendo que, desse recurso, deverão entrar cerca de 15/20 milhões durante o ano.

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
s5	3	alex	C.Finanças	18 11		

Portanto, dos 202 milhões contemplados para o Cingapura, especificamente para o Cingapura, a Prefeitura espera receber, mais ou menos, entre 40 e 50 milhões do BID e 20/30 milhões da CEF. O restante será bancado com recursos correntes da Prefeitura.

O SR. JOSÉ EDUARDO MARTINS CARDOZO - Desses 73% de operações de crédito no orçamento da habitação, Secretário, quantos por cento já estão contratados, efetivamente?

O SR. SECRETÁRIO - Contratado, efetivamente, não sei onde o senhor conseguiu esse dado, porque na proposta orçamentária consta...

O SR. JOSÈ EDUARDO MARTINS CARDOZO - O valor total da habitação é 445.331.240.

O SR. SECRETÁRIO = Como disse para o senhor, tem um contrato assinado com o BID, cuja participação é por volta de 150 milhões, sendo de 100 milhões da Prefeitura. Repito: esses 150 milhões não entrarão de uma só vez. Além disso, existe um contrato, já assinado, com a CEF, em fase final de desembolso. Resta ainda à Prefeitura receber cerca de 13 milhões. Foi aprovado, pela Câmara Municipal, os 74 milhões, cujo contrato ainda não foi assinado, mas o será até o final do ano, no mais tardar no início de 1988.

Folha n.º 36 do proc. nº 934 de 1991
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
s5	4	alex	C.Finanças	18 11		

Efetivamente, portanto, de contratos assinados, há 150 milhões com o BID e 12 milhões, que é um restante com a CEF. A assinar, mais 74 milhões com a CEF.

O SR. JOSÉ EDUARDO MARTINS CARDOSO - Assinados, hoje, o senhor diria que há, aproximadamente, 20% do total de operações de crédito da Secretaria da Habitação? Seria mais ou menos isso?

O SR. SECRETÁRIO - Assinados, sim.

O SR. _____ - Tem a palavra o Dr. Odilon Guedes.

O SR. ODILON GUEDES - Sr. Presidente, Sr. Secretário, Srs. Vereadores, represento o Conselho Regional de Economia do Estado de São Paulo. Iremos passar a acompanhar o Orçamento da Cidade de São Paulo.

Uma primeira questão, que já fiz ao Secretário na primeira audiência pública, a qual gostaria de recolocar, porque a resposta do Secretário não nos satisfez, é em relação às receitas.

NO Orçamento, segundo o Secretário, para 1988, está-se prevendo um aumento de receitas de 17%; isso antes do recente pacote determinado pelo Governo Federal. Gostaria de saber como a Prefeitura irá conseguir arrecadar 17% a mais; se a situação no País já vinha de forma difícil, agora, com o pacote econômico, a economia deve sofrer uma recessão.

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
s 6	1	alex	C.Finanças	18 11		

Segunda questão. O Secretário, na primeira audiência pública, falou que uma das formas básicas de [illegible] aumento de arrecadação na Prefeitura será através da cobrança da dívida ativa. Inclusive, a expressão usada na primeira audiência pública foi a de que seria "a salvação da Prefeitura". Depois do pacote econômico, em nosso entender - análise que fazemos [illegible], as pessoas além de não pagar a dívida irão fazer aumentar a inadimplência. Então, com a crise que se avizinha, com aumento do desemprego, se a [illegible] Prefeitura esperava receber alguma coisa quanto a dívidas atrasadas, acho que isso não irá acontecer. Pelo contrário, irá aumentar a dívida da Prefeitura.

Gostaria que o Secretário analisasse [illegible] essa questão. Primeiro, como é que se vai dar esse aumento da arrecadação e, segundo, se o senhor já fez algum cálculo sobre quanto irá aumentar a despesa da Prefeitura em relação ao recente aumento da taxa de juros. Como o senhor sabe, a dívida do Município é de cerca de 7,3 bilhões de reais e o agravante em relação a ela é que 6 bilhões estão baseados em LFTNs, dívida mobiliária, que reflete diretamente o aumento da taxa de juros. Gostaria de saber quanto mais será gasto a título de juros.

Tenho outra questão, relativa à educação. Pelo que está exposto na mensagem orçamentária, a Prefeitura pretende gastar em educação 82,3%

Folha n.º 38 do proc.
nº 934 de 1997
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
s6	2	alex	C.Finanças	18 11		

a mais do que no ano passado. Gostaria que o senhor justificasse o seguinte. Ao m esmo tempo em que a Prefeitura está pretendendo gastar esse montante a mais, sabemos que há um projeto de lei na Câmara propondo a redução de 30% para 25% nos gastos obrigatórios. Se não estou enganado, artigo 208 da Lei Orgânica. Ou seja, como a Prefeitura irá gastar a mais se, ao mesm o tempo, está-se desobrigando?

Outra questão à qual retorno é o problema dos 15% de remanejamento, que permite à Prefeitura remanejar 1,27 bilhão de reais sem consulta à Câmara Municipal. Em nosso entender, isso faz com que a Câmara perca uma de suas funções principais, que é a fiscalização da execução orçamentária, na medida em que o Executivo não precisa consultar a Câmara para fazer remanejamento, dado o altíssimo valor.

Há uma série de exceções no artigo 18, § 1º, que excluem do remanejamento de 15%; gostaria que o senhor voltasse a falar sobre isso, até porque a Constituição Federal, no artigo 167, VII, define claramente que a concessão ou utilização de créditos ilimitados é proibido. Essas exceções não se coloca nenhumlimite, nem do ponto de vista porcentual, nem do ponto de vista de um número absoluto.

Essas são as questões que, preliminarmente, gostaria de colocar ao senhor, porque são substantivas do ponto de vista da proposta

Folha n.º 39 do proc.
nº 534 de 1957
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
s6	3	alex	C.Finanças	18 11		

orçamentária, as quais nós, do Conselho, gostaríamos de ver respondidas.

O SR. SECRETÁRIO - Respondendo ao questionamento do Sr. Odilon Guedes, a Prefeitura fez, realmente, uma previsão de crescimento de sua receita de cerca de 17%, baseada no crescimento de nosso índice de participação no ICMS, que passou de 26,13% para 27,1%. Isso significou um aumento de 5,46%. Baseado no ISS, onde a Prefeitura está arrecadando neste ano, um e 400, a Prefeitura vem trabalhando incansavelmente para elevar a sua arrecadação, no ISS. A proposta contempla 1,5 bilhão.

Por que esse crescimento de 12%, 13% em cima do ISS? A Secretaria de Finanças entende que o potencial de crescimento, da arrecadação do ISS, é muito grande. Já disse isso, e relembro, que entendemos que para cada um real arrecadado, a Prefeitura deixa de arrecadar outro um real. Isso em função da sonegação existente no segmento dos serviços, em função da evasão de empresas que recolhem nos municípios vizinhos. Isso o Vereador, como membro do Conselho de Economia, deve acompanhar; deve saber que essa evasão é muito grande.

A Prefeitura está muita atenta para o ISS e espera obter esse crescimento nominal de 12% no ISS, com toda essa mudança, com esse pacote fiscal recentemente baixado pelo Governo Federal.

Evidentemente, o pacote, ao promover uma desaceleração

Folha n.º 46 do proc. nº 934 de 1997
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
s6	3	alex	C.Finanças	18 11		

da economia, promoverá, sem dúvida alguma, uma repercussão em nossa arrecadação, principalmente do ICMS. Por isso fiz a colocação junto ao Vereador José Eduardo Martins Cardozo, para que - assim entendo - na lei orçamentária deva constar um dispositivo que permita à Prefeitura, mais ou menos em abril, maio, fazer uma revisão do seu orçamento, tendo em vista a real repercussão, ou então tudo aquilo que irá decorrer do pacote fiscal. Hoje é muito cedo para se fazer qualquer colocaçaõ, embora entendamos que, realmente, há persistir essa política de juros elevados, haverá uma contração na economia e, evidentemente, em decorrência disso, uma redução em nossa receita; principalmente, repito, no ICMS.

Outro segmento que a Prefeitura colocou como prioritário em sua busca de recursos - repito, é uma das alternativas muito válidas 1 para o Governo - é a dívida ativa. A Prefeitura não pode, de maneira alguma, deixar que essa dívida ativa cresça mais ainda: o valor de 4 bilhões, dos quais cerca de 1 bilhão estão sub judice, decorrente do imposto de 1992. Efetivamente a nossa dívida ativa se situa por volta de 2,8 bilhões, 3 bilhões, cobráveis. De maneira alguma, a Prefeitura deve permitir - não tem mecanismos para tanto, mas estamos estudando, junto à Secretaria de Negócios Jurídicos - que essa dívida suba acima da já existente atualmente.

Lembro que a função da Secretaria de Finanças é viabilizar os recursos necessários à consecussão dos objetivos do Governo. A Secretaria está muito atenta a essa questão, basicamente do ISS, da dívida ativa. Entendendo que à medida em que município, Estado e Governo Federal,

Folha n.º 41 do proc.
nº 534 de 1997
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
s6	4	alex	C.Finan.	18 11		

enfim o País, na medida em que perca sua base fiscal, o melhor que faz é fechar as portas. A Prefeitura não pode, de maneira alguma, perder a sua base fiscal. Perdeu a base fiscal, perde o povo, perde a população, perde a cidade como um todo.

Folha n.º 42 do proc.
nº 934 de 1997
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
S7	1	Vianna	Com.Finanças	18.11.97		

[redacted].

Então, veja bem, Sr. Odilon Guedes, nós continuamos aí trabalhando no ISS. Nós entendemos que há realmente uma grande chance, um grande potencial de crescimento de receita nesse segmento. Aliás, na última audiência pública eu pedi a ajuda do Sr. para que, de alguma forma, ajude a prefeitura com sugestões através do sindicato, do órgão que o Sr. representa.

Com relação aos gastos com educação, a proposta foi elaborada no que existe atualmente. Atualmente a prefeitura é obrigada a destinar 30% do seu recurso de impostos à Secretaria, ao desenvolvimento do ensino. Foi isso que foi feito. Nós fizemos a proposta com 30%, esperando - esperando não, com certeza - contemplar aquela parcela remanescente dos anos de 95 e 96, embora eu tenha, por diversas vezes, deixado muito clara a minha posição.

Na estrutura do orçamento do município de São Paulo é impossível a prefeitura atender a todas as demandas da cidade, mantendo os gastos com educação em 30%. É impossível. Da mesma forma, acho muito difícil também gastar os 30% sem que não haja, no final do ano, gastos que poderiam ser evitados e direcionados para outros

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT.-APARTE
S7	2	Vianna	Com. FInanças	18.11.97		

segmentos onde existe uma necessidade, no meu entendimento, maior. Portanto, eu não sou contrário a se gastar com educação. Eu sou contrário, sim, à estrutura do orçamento da cidade de São Paulo, uma cidade em que a cada dia surgem novas demandas de serviço, novas demandas de investimento, e a prefeitura destinar 30% da sua arrecadação de impostos para educação. EU não sou contrário a isso, não. Sou contrário dentro da estrutura atual do orçamento.

Com relação à margem de 15%, acho que não é questão de se dar um cheque em branco, um cheque ao portador à prefeitura de São Paulo, mesmo porque a Câmara Municipal dispõe do sistema "on line" da Prodam, do sistema de acompanhamento diário de toda a execução do orçamento. Evidentemente, qualquer senão, os vereadores da oposição, ou mesmo da situação, acompanham par e passo essa execução orçamentária, de tal forma que o remanejamento de 15% é uma proposta do Executivo. O Executivo, evidentemente, propõe aquilo que acha conveniente, que acha bom para o Executivo. A proposta é objeto de análise pelos vereadores, que definirão o percentual de remanejamento.

O SR. _____ - Eu gostaria que o Sr. respondesse a uma questão, do meu ponto de vista, anticonstitucional,

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
S7	3	Vianna	Com.Finanças	18.11.97		

a respeito das exceções que estão colocadas na lei orçamentária, que é proibido pela Constituição Federal, no artigo 167, inciso 7ª, do ponto de vista de que se possa fazer a concessão de utilização de créditos ilimitados. Há uma série de exceções que não definem se são 10% do total do orçamento, 5%, ou um valor absoluto.

Inclusive, eu queria alertar os Vereadores do ponto de vista dessa inconstitucionalidade. Eu gostaria que o Secretário respondesse a respeito dessa questão.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE FREITAS - Bom, essa é uma questão que já se coloca há alguns anos. A prefeitura vem trabalhando com essa sistemática dessas exceções já há 5, 6 anos. Inclusive, já se fazia isso na administração da D. Luiza Erundina, e nós entendemos que isso não é inconstitucional porque a base de tudo, a limitação, é a receita. Evidentemente que, se você tem um poder limitativo, esse poder limitativo é a receita do município. A prefeitura, de maneira nenhuma, pretende que se faça crédito ilimitado, mesmo porque a receita é conhecida por todos e acho que os Vereadores e mesmo o Sr. devem acompanhar atentamente a evolução disso.

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
S7	4	Vianna	Com.Finanças	18.11.97		

O SR. DITO SALIM - Sr. Secretário, intensificando-se os serviços prestados pela Guarda Civil Metropolitana, articulando-a com a Polícia Militar na prevenção da ordem. valendo-se da sua infraestrutura de comunicação, integrando-se [redacted] a sua rede de computadores com rádio, assim a presença da Guarda Civil Metropolitana tornar-se-á mais eficiente e visível ao cidadão, trazendo tranquilidade. Eu pergunto a V. Exa. se o orçamento da Guarda Civil Metropolitana está o mesmo ou está decaindo de 97 para 98.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE FREITAS - Como eu disse há pouco, veja bem, os recursos de que a prefeitura dispõe para a elaboração do seu orçamento são recursos finitos. Então, existe uma limitação na medida em que a prefeitura é obrigada a direcionar cerca de 30% da sua arrecadação com impostos aos gastos com o desenvolvimento do ensino, a prefeitura deixa de cobrir uma série de outras despesas que são fundamentais também, mas que, infelizmente, não há recursos disponíveis para cobrir toda a demanda de serviços, toda a demanda de investimentos que a cidade de São Paulo requer.

Especificamente com relação à Guarda Civil Metropolitana, nós colocamos um crescimento de cerca de 12 milhões a mais no

Folha n.º 46 do proc. n.º 934 de 1997
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
S7	5	Vianna	Com.Finanças	18.11.97		

orçamento de 98, se comparado com 97. E o Secretário recebeu a incumbência do prefeito de fazer um plano com o coronel comandante da Guarda Civil de recuperação das viaturas e na contratação de mais soldados para 1998.

O SR. DITO SALIM - Agradeço a presença do nobre Verador Arselino Tatto, líder do PT, do nobre Vereador Viviani Ferraz, e do Vereador Bruno Feder.

Passo a palavra ao nobre Vereador Dalton Silvano.

O SR. DALTON SILVANO - Sr. Secretário, é um prazer tê-lo aqui.

Folha n.º 47 do proc.
nº 934 de 1997
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
S8	1	Vianna	Com.Finanças	18.11.97		

Já participamos de diversas reuniões técnicas e tivemos oportunidade de debater diversos itens do orçamento. Agora quer insistir nessa pergunta, que é o que mais nos preocupa, que é a questão primeira do endividamento. Mais uma vez eu vou perguntar. A gente tem observado aqui nesse mapa - e obviamente é uma questão macro - que, em 96, os encargos gerais do município correspondiam a 24,46% do orçamento total, dava 1.986.000. Em 97, esse valor subiu para 25,32%. AGora, na proposta de 98, subiu para 29,62%. A gente percebe que, a nível de participação, os encargos do município são o que mais consomem, até com relação às demais rubricas. Eu gostaria de saber do que se compõe essa evolução que vem sendo feita ano a ano, essa questão dos encargos gerais do município relacionado à questão do endividamento, inclusive dos juros - dos juros, para mim acabou ficando claro.

Dentro das reuniões técnicas, o que foi abordado aqui é a preocupação com aquilo que se chama contas a pagar, o que vem sendo executado este ano e que não vem sendo pago. Eu fiz um pequeno levantamento,. Secretário, com relação àquilo que foi empenhado, com relação à verba existente, percebemos que foram pagos apenas 17%. Então, eu quero saber o reflexo daquilo que se tem a pagar dentro dessa peça orçamentária, porque a grande preocupação é de que a gente

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
S8	2	Vianna	Com. Finanças	18.11.97		

realmente consiga cumprir o orçamento em todos os seus aspectos sociais. Eu me manifestei positivo ao percentual de 41% na área social, desde que, obviamente, ele seja cumprido. Quero acreditar que, de 96 para 97, esse orçamento foi sobrecarregado com contas a pagar, dívidas do ano anterior.

Outra questão também é com relação ao PAS, matéria de amplo debate. Nós sabemos que essa execução era até 30.9, e praticamente consumiu toda a verba orçamentária, até esse período, de R$ 500 mil. SE também nós não teremos esse problema no orçamento de 98, ou seja, se dentro dessa peça orçamentária, com contas a pagar ainda e a suplementação que falta, essa peça orçamentária está atendida. AGora, a maior preocupação seria a questão desses encargos que consomem 29%. Eu até perguntava ao Vereador Dito Salim com relação a essa política.

O Secretário sabe que nós temos um projeto de redução do ISS em função da evasão de arrecadação prevista. Se não tem ainda, se não provaram que tem, mas a tendência é ter com relação ao ISS, há o esforço para se elevar essa arrecadação. Eu perguntaria, que passou na audiência pública agora um projeto de isenção do IPTU para

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
S8	3	Vianna	Com.Finanças	18.11.97		

residências de até 90 metros quadrados, que corresponde a 63 milhões. Essa proposta veio do Executivo. Sem entrar no mérito do projeto, não seria aí o caso, Secretário, a mesma coisa que o Secretário está fazendo com relação aos impostos, de tentar fazer uma unificação dos municípios, ou seja, ou invés de seguir o que rege outros municípios, tentar fazer um acordo para que se chegue num nível menor e todos possam pagar?

Mas eu acho que até é uma incoerência, porque eu não participei da votação dos demais projetos. Nós estamos aqui isentando 63 milhões, e uma luta difícil, quer dizer, não tem nem para se fazer limpeza de boca-de-lôbo. Então, é uma pequena pergunta que eu faço: para que direção nós vamos caminhar?

Aliás, o PSDB votou a favor da anistia, tinha uma previsão de arrecadação que foi totalmente... não atingiu nem 50% dos objetivos. Então, [redacted] esta é a pergunta que eu faço: vamos entrar num orçamento de guerra para poder cumprir aquilo que está previsto, ou vamos trabalhar de forma parcial? Não seria um mérito, porque não participei da aprovação da isenção, desse projeto, até 90 metros quadrados. Eu sei que atinge uma série de munícipes, beneficia, mas qual é a direção que nós vamos caminhar, Secretário? São três perguntas simples,

Folha n.º 50 do proc.
nº 934 de 1997
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
S8	4	Vianna	Com.Finanças	18.11.97		

porque eu já tive oportunidade de, nas reuniões técnicas, poder participar ativamente das questões.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO DE FREITAS - Primeiro, com relação ao endividamento, repito o que eu tenho dito por diversas vezes. A prefeitura hoje, dívida de médio e longo prazo, deve cerca de 8 bilhões. Esses 8 bilhões são compostos, basicamente... o que preocupa no momento é a dívida mobiliária, com aproximadamente, deverá chegar ao final do ano com cerca de 6 bilhões. Hoje está por volta de 5,7 bilhões, 5,8 bilhões, mas deverá chegar, no final do ano, a por volta de 6 bilhões.

Essa dívida tem um perfil de pagamento em cerca de 4 anos, dos quais, [redacted]

36

Folha n.º 51 no proc.
nº 934 de 1997
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
s-9	1	Idelci	C.Finanças	18.11.97		

Para 1998 a prefeitura tem o compromisso de cerca de 1,2 bilhão. Existe a Emenda Constitucional nº 3, que permite a rolagem desses papéis. Permite, não estou dizendo que já está autorizado. Permite a rolagem desses papéis, num percentual que varia de 90 a 100%. A prefeitura, nas últimas rolagens tem conseguido cerca de 98%. Portanto, a dívida mobiliária hoje, se comparada com a receita corrente, está numa relação de um por um. Isso não é, de maneira alguma, preocupante. Segundo a opinião do Banco Central, dentre todos os estados e municípios que têm papeis emitidos, a situação da prefeitura é a melhor, hoje.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. _____ - Dá uma relação de um por um. Mas, veja bem, isso poderá passar a preocupar, à medida que os anos avancem e que seja mantida essa política de juros elevados. Com relação aos encargos gerais do município, no orçamento está consignado o valor de cerca de dois bilhões e 510, com a seguinte divisão: precatórios a pagar, segundo o mapa do Tribunal de Justiça, 262 milhões; Prodam, 120 milhões; reserva de contingência, 17 milhões; pessoal, 666 milhões; dívida pública, 1.362. Essa dívida pública, a diferença de 1.362 para cerca de

Folha n.º 52 do proc. nº 0334 de 1997
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
s-9	2	Idelci	C.Finanças	18.11.97		

1.150 ou 1.200, são contratos internos com a Caixa Econômica Federal.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. _____ - 1.362.6, dos quais, cerca de 1,1 ou 1,2 bilhão seriam essa rolagem, que é permitida pelo Banco Central e pelo Senado Federal. O restante seria compromissos em contratos internos, basicamente com a Caixa Econômica Federal; uma negociação efetuada em 1996, em cima da Lei 8727 e contratos externos. O que vem realmente acarretando um crescimento dos encargos gerais do município não obedecem a uma lógica. Não se pode comparar o valor total de um ano com o do ano anterior, porque depende muito do vencimento dos títulos municipais.

O SR. ADRIANO DIOGO - É aumento do principal ou dos juros, mesmo, Sr. Secretário?

O SR. _____ - Os juros, não. Vou falar sobre os juros. É evidente que nesse 1.362 estão embutidos também os juros. Quanto aos juros, há uma situação muito interessante. Temos um desenbolso mensal chamado "custo de carregamento". Mas, quando é aprovada a rolagem,

isso se insere na rolagem, no seu montante. Se pago 100% e consigo uma rolagem de 98%, evidentemente estou tendo um desencaixe líquido de 2%. Mas o que vem preocupando a prefeitura, e acho que isso não acontece só a nível municipal, mas também estadual, enfim, com todos os órgãos governamentais, no segmento "encargos do município" é o pessoal inativo. Isso vem crescendo muito. As pessoas que já têm tempo para aposentar-se estão muito preocupadas mcom a reforma administrativa que está sendo analisada e deverá ser votada a nível federal. Isso tem contribuído muito para que os gastos da prefeitura com seus inativos, tenha subido significativamente. Não tenho o percentual de crescimento de um ano para o outro, mas comprometo-me a fornecer ao ao Vereador. Mas esse, principalmente, é um motivo relevante do crescimento daquelas despesas comparáveis, de um ano para o outro, com os encargos gerais do município. Contas a pagar. A prefeitura em nenhum momento escondeu suas dificuldades financeiras, as que vem atravessando ao longo de 1997. O que possi dizer é que a prefeitura iniciou uma contenção de gastos a partir de junho e que continua. Foram praticamente desativadas todas as obras, com exceção do Cingapura e das obras contra enchentes, de tal forma que o objetivo, a estratégia montada, é de que a prefeitura feche o ano com um deficit orçamentário dntre 5 e 6% e um deficit financeiro, ou seja, aquilo que

Folha n.º 54 do proc. nº 934 de 1997
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
s-9	4	Idelci	C.Finanças	18.11.97		

a prefeitura dev erá efetivamente pagar no início de 1998, que é cerca de 700 a 750 milhões. Por isso entendo que ainda no ano de 1998, nos dois prikmeiros meses, a prefeitura vai trabalhar, com aquilo que podemos chamar de orçamento base zero. A minha proposta, que deverá ser encaminhada ao prefeito, é de não abrir cotas às secretarias durante os meses de janeiro e fevereiro, de tal forma que a prefeitura, definitivamente, coloque suas contas em ordem durante esses dois meses. Evidentemante, essa não abertura de cotas não implica na continuidade e na realização daqueles serviços essenciais. Para isso não faltarão recursos. O que a prefeitura pretende, nos meses de janeiro e fevereiro, é conter os gastos de maneira significativa, de tal forma que a situação financeira seja equacionada; e também, até fevereiro e março, a prefeitura já terá uma visão do que vai acontecer em termos de sua receita para 1998.

O SR. DITO SALIM - Quero registrar a presença da nobre Vereadora Ana Martins, dos nobres vereadores José Mentor e Henrique Pacheco. Tem a palavra o nobre Veraador José Eduardo Martins Cardozo.

O SR. JOSE EDUARCO MARTINS CARDOZO - Volto a fazer algumas perguntas ao Sr. Secretário. A primeira pergunta. [redacted]

Folha n.º 55 do proc.
nº 934 de 1997
do funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
s-9	4	Idelci	C.Finanças	18.11.97		

a prefeitura dev erá efetivamente pagar no início de 1998, que é cerca de 700 a 750 milhões. Por isso entendo que ainda no ano de 1998, nos dois prikmeiros mezes, a prefeitura vai trabalhar, com aquilo que podemos chamar de orçamento base zero. A minha proposta, que deverá ser encaminhada ao prefeito, é de não abrir cotas às secretarias durante os meses de janeiro e fevereiro, de tal forma que a prefeitura, definitivamente, coloque suas contas em ordem durante esses dois meses. Evidentemante, essa não abertura de cotas não implica na continuidade e na realização daqueles serviços essenciais. Para isso não faltarão recursos. O que a prefeitura pretende, nos meses de janeiro e fevereiro, é conter os gastos de maneira significativa, de tal forma que a situação financeira seja equacionada; e também, até fevereiro e março, a prefeitura já terá uma visão do que vai acontecer em termos de sua receita para 1998.

O SR. DITO SALIM - Quero registrar a presença da nobre Vereadora Ana Martins, dos nobres vereadores José Mentor e Henrique Pacheco. Tem a palavra o nobre Veraador José Eduardo Martins Cardozo.

40

O SR. JOSE EDUARCO MARTINS CARDOZO - Volto a fazer algumas perguntas ao Sr. Secretário. A primeira pergunta. [redacted]

Folha n.º 56 do proc. nº 934 de 1997
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
S-10	1	Denise	Com.Finaças	18.11,97		

[redacted] seria com relação à publicidade da Prefeitura. Para o ano de 1997, havia sido orçado 10 milhões de reais, até o momento já soltaram 14 milhões de reais, portanto gastou-se mais em publicidade do que o previsto na peça orçamentária.

Para minha surpresa o orçado em 1998 é 19 milhões. Portanto, quase que o dobro do orçado em 1997. Minha pergunta é por que o Governo Celso Pitta gostaria e pretende gastar mais em publicidade no ano de 1998? Porque não vejo uma lógica para o crescimento da publicidade, a não ser que fosse um ano eleitoral. Há alguma lógica nisso, Sr. Secretário? Por que se gastar numa crise financeira tão grande uma elevação tão substantiva na verba de publicidade?

Em segundo lugar, no ano passado cheguei até a ter uma respeitosa discussão com V.Exa. sobre a questão da dívida de curto prazo. Perdão, não foi com V.Exa. porque nem era o Secretário da época, mas com o então Prefeito Celso Pitta, A previsão era de que a dívida de curto prazo seria da ordem de 400 milhões de reais. E eu, apesar de ser um modesto advogado que tem dificuldades de soma, mas chegava à avaliação de que a dívida de curto prazo ultrapassaria a casa de 1 bilhão.

41

Folha n.º 57 do proc. n.º 934 de 1997
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
S-10	2	Denise	Com.Finanças	18.11.97		

O prognóstico que havia feito se confirmou, ou seja, o Prefeito Celso Pitta fazia um prognóstico de 400 milhões e o balanço oficial da Prefeitura mostrou que realmente a dívida de curto prazo era de 1 bilhão.

Gostaria de saber de V.Exa., com precisão, de quando será a dívida de curto prazo que teremos para o ano de 1998?

Terceiro, a questão da antecipação de receita orçamentária. Tenho sido um crítico da gestão de Celso Pitta por ter já utilizado, em larga medida segundo creio, de operações de antecipação orçamentária. Se não me falhe a memória, a última antecipação orçamentária foi feita com o Banco Real no valor de 10 milhões de reais, sendo que a última parcela de pagamento deverá ser já a do orçamento de 1998, uma vez que essa dívida será paga no ano que vem, pelo menos em parte.

A pergunta que faço a V.Exa. é a seguinte: pretende o Governo Municipal, ainda este ano, lançar mão de novas antecipações de receita orçamentária, com pagamento previsto para o ano que vem.? Ou seja, com a incidência no próximo orçamento? Se pretende, qual o valor que o Governo pensa em levantar a título de antecipação da receita orçamentária?

Outra pergunta, Sr. Secretário, em relação à conservação e limpeza de bocas de lobo, que é uma atividade importantíssima para o pe-

42

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
S-10	3	Denise	Com. Finanças	18.11.97		

ríodo de enchentes. A Prefeitura havia orçado para o ano de 1997 o valor de 28 milhões 784 mil, até o momento para minha surpresa e desespero porque como munícipe também não quero adquirir um bote para poder sobreviver às enchentes em janeiro, a Prefeitura gastou apesar 7 milhões de reais, portanto, muito aquém do orçamento. E para o ano de 1998, orçou 25 milhões. Das duas, uma, ou o número de 1997 era irreal, 28 milhões, e portanto, os 7 milhões mostram que a Prefeitura limpou regularmente todas as bocas de lobo, isto implicaria em desconfirmar o número do orçamento de 1998, ou então realmente, o número do orçamento de 1998, 25 milhões é correto. Isto mostra que a Prefeitura não limpou ... ou não agiu na conservação e limpeza das bocas de lobo como deveria. O que poderá nos mostrar claramente uma terrível possibilidade de enchentes em 1998.

Portanto, pergunto a V.Exa. se realmente tem informações acerca de confirmar o número de 25 milhões, porque se confirmar, isso nos deixará, inexoravelmente, a conclusão de que teremos fortíssimas enchentes no ano que vem pela ausência de conservação de bocas de lobo.

43

Outra questão é a respeito dos mutirões. Até 1994 o extinto Funaps previa cinco diferentes dotações. A sistemática se alterou com a criação do novo fundo, porém nas peças orçamentárias anteriores, no vo-

Folha n.º 59 do proc. n.º 534 do 1997
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
S-19	4	Denise	ComFinanças	18.11.97		

lume 4 da proposta orçamentária, existia toda uma situação de especificação de aplicação de recursos. Coisa que a proposta orçamentária deste ano não apresenta, ou seja, se coloca pura e simplesmente, numa única rubrica de 40 milhões tudo que é destinado ao fundo sem uma especificação. O que me coloca uma profunda preocupação de que o Governo este ano não pretenda investir nos mutirões. Se pretende, quanto efetivamente vai investir nos mutirões e nas intervenções relativas aos cortiços? Quanto será gasto uma vez que a pro proposta orçamentária não se faz acompanhar de nenhuma espedificação com relação a isso?

Outra pergunta, Sr. Secretário, ao final do ano passado o Governo fez aprovar na Câmara Municipal, contra o voto da minha bancada, uma lei em que autorizava entidades da administração indireta a emprestarem recursos financeiros para administração direta. À época argumentou que o alvo seria o IPREM, embora o projeto de lei, expressamente, não falasse do IPREM, mas era evidente de quem detinha o recurso financeiros armazenados, até porque arrecada dos próprios servidores municipais para custeio das pensões.

44

O Líder do Governo à época, Vereador Miguel Colassuono, garantiu, de viva voz, que todos os empréstimos que a administração indireta fosse levantar ao longo do ano de 1996 seriam saldados até 31 de dezem

Folha n.º 60 do proc.
nº 934 de 1997
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
S-1	5	Denise	Com.Finanças	18.11.97		

bro de 1996. Então, era uma palavra empenhada pelo Líder do Governo, que consta nos anais desta Casa. Lamentavelmente, a palavra do Líder do Governo foi descumprida, porque o Governo não saldou a dívida com o IPREM. Não digo nem com o IPREM, digo com os servidores do Município de São Paulo, ao qual V.Exa. inclusive pertence, como funcionário de carreira que é como eu, que tem sua arrecadação mensal descontada para garantir as suas pensões e o Executivo, pura e simplesmente, não honrou esse compromisso. E pelo que me consta, embora tenha tentado um parcelamento, não honra até agora, com o saldar da totalidade do débito. Da mesma forma, recursos foram drenados do serviço funerário do município de São Paulo ao longo desse período, com base inclusive nessa lei, sem que efetivamente, tenhamos uma situação de recomposição desses numerários.

A minha pergunta é: a dívida ...

45

Folha n.º 61 do proc.
nº 534 de 1997
do funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
S11	1	Paula	com.finanças	18.11.97	Cardozo	

com o Iprem será saldada quando? Fica para o Orçamento de 1998?

Dois assuntos finais: com relação ao lixo, sei que V.Exa. já respondeu essa pergunta em uma reunião técnica, lembro da explicação de V.Exa., mas fiquei em dúvida. A pergunta, inclusive, foi feita pelo Chefe de Gabinete da Vereadora Aldaíza Sposati. [redacted] Este ano todas as provisões do lixo estouraram, todas, absolutamente todas. Me surpreendeu uma ordem do Secretário Reynaldo de Barros dizendo que manteve um diálogo com V.Exa. determinando uma redução na varrição. O que me surpreendeu mais ainda foi a explicação dessa ordem porque se disse que iria se reduzir o numerário, mas que não se reduziria a qualidade. Das duas, uma: ou está se pagando a mais indevidamente por isso se reduz e não se perde a qualidade. Não vejo , do ponto de vista lógico, como se pode reduzir o numerário se o numerário é correto , sem perda da qualidade. Reduz-se numerário, perde-se a qualidade. Ou o numerário estava sendo excessivo e o Governo gastou indevidamente.

46

A minha pergunta é: em relação a 1998, em que a varrição tem números menores dos que o gasto até novembro de 1997. Como vai ficar essa questão? Quer dizer, se em 98 o orçado é 136 milhões e até novembro de 97 foram gastos 140 milhões com uma determinação de

[redacted]

daqui para a frente de redução, o que está acontecendo? Que números são essaes? Por que, realmente, essa confusão em que o orçado estoura, depois se manda reduzir e agora o orçamento é menor do que aquele, efetivamente, consta de novembro?

Outra questão, Sr. Secretário: precatórios. As contas que versam sobre a gestão anterior na análise do Tribunal de Contas - não falo das minhas considerações, falo do parecer do Tribunal de Contas - mostra aproximadamente 600 milhões de reais não gastos com precatórios. Quero saber de V. Exa. qual é a posição desse ano e o que se espera para o ano que vem, uma vez que essa questão dos títulos, ao que me consta, realmente, não poderá ser utilizada para o efeito desses respectivos pagamentos?

Finalmente, uma outra pergunta: ontem - faço para que possa relacioná-la com o Orçamento de 1998 - foi publicado um decreto, Decreto 37.171, que nos termos da legislação em vigor suplementa algumas verbas. Para a minha surpresa, o artigo 2º desse decreto fala que a suplementação é feita por excesso de arrecadação. É sabido, pelo menos a Secretaria de Finanças nos informa, que a arrecadação tem caído. Então, quero saber de V,Exa., até para que possamos avaliar a projeção feita em 1998, que tributo é esse ou que arrecadação é

Folha n. 63 do proc. n. 534 de 1997
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
S11	3	Paula	com.finanças	18.11.98	Cardozo	

essa que subiu, que permitiu essa suplementação, quando na verdade todas as informações ~~x~~ insistem na perspectiva de que a arrecadação caiu. Então, gostaria de saber de V.Exa. que excesso de arrecadação é esse que fundamenta o Decreto 37.171 e que pode fazer uma avaliação em relação a sua projeção para o Orçamento de 1998.

O SR. DITO SALIM - Antes que o Sr. Secretário responda, quero agradecer a presença de Mário De Lavigne Filho, Secretário em exercício da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente; Ruhens Rodrigues Alves, assessor do Presidente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo; ao Dr. Noé de Augustinho Neto, Coordenador de Orçamento do Tribunal de Contas.

Tem a palavra o Sr. Secretário José Antonio de Freitas.

O SR. JOSÉ ANTONIO DE FREITAS - A primeira questão formulada pelo Sr. Vereador foi com relação aos gastos com publicidade. Realmente, em 1997 nós iniciamos com 10 milhões, essa dotação suplementações ao longo do ano de tal forma que hoje ela tem uma dotação atualizada de 20 milhões. O que nós fizemos foi baseado em contratos existentes. O Sr. Vereador sabe que o contrato existe. O que fizemos

foi contemplar no orçamento do ano que vem aquele valor que é decorrente do contrato existente, que mantém o mesmo nível de gastos do ano de 97.

O SR. JOSÉ EDUARDO MARTINS CARDOZO - O contrato não obriga a gastar 20 milhões, ele permite.

O SR. JOSÉ ANTONIO DE FREITAS - O orçamento não quer dizer que vamos gastar 20 milhões, ele permite gastar os 20 milhões. Portanto, obedecemos as regras do contrato. Esse valor não é superior ao que está sendo empenhado [redacted] ou que será empenhado em 1997 e está baseado nesse contrato. Como o senhor mesmo disse: [redacted] ele permite gastar.

Com relação à dívida de curto prazo, o senhor tem razão. No ano passado não participei dessa discussão do senhor com o Prefeito , mas fechamos o ano com um resto a pagar de cerca de 1 bilhão para ser mais preciso foram 992 milhões de reais. Este ano, em decorrência desse trabalho de contenção de despesas esperamos fechar , e vamos com certeza, fechar o ano com um déficit orçamentário entre 5 ou 6%.

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
S11	5	Paula	com.finanças	18.11.97.	Freitas	

Esse déficit orçamentário de 5 ou 6% representa cerca de 400, 500 milhões. Adicionado àquilo que a Prefeitura deve já proveniente desse resto a pagar financeiramente, o senhor pode anotar aí, nos deveremos ter compromissos de curto prazo no início de 1998, cerca de 800 milhões. É por isso que eu disse que a Prefeitura deve nos meses de janeiro e fevereiro trabalhar com aquilo que chamamos de "orçamento base zero", ou seja, serão atendidas somente aquelas despesas inadiáveis, fundamentais; enfim, os serviços essenciais. Portanto, a Prefeitura fecha o ano com um déficit orçamentário de 5% e representa um compromisso financeiro, dívidas financeiras de cerca de 800 milhões.

Antecipação de receita de 1997. A antecipação de receita, embora a Prefeitura tenha um limite de 15% sobre a sua receita corrente, o que significa aproximadamente 800 milhões, 900 milhões, a Prefeitura poderia tomar empréstimos até esse montante. A Prefeitura realizou algumas operações de crédito, sim. Essas operações totalizaram 106 milhões. A ultima foi com o Banco Real de 10milhões. Desses 106 milhões, o compromisso com todas elas é que a liquidação tem que ser feita até 31 de janeiro de 1998. Não quer dizer que os 106 milhões vencerão em 31 de janeiro. A primeira dessas operações foi tomada em junho, isso tem um cronograma de amortização durante o ano,

Folha n. 66 do proc.
n. 534 de 1997
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
S12	1	Paula	com.finanças	18.11.97	Freitas	

de tal forma que a Prefeitura chega [redacted] em 01 de janeiro devendo dessas oeprações de antecipação de receita, inclusive essa fechada com o Banco Real e que irá comprometer o orçamento de 1998 em 65 milhões.

O SR. JOSÉ EDUARDO MARTINS CARDOZO - Terão novas? Há uma previsão?

O SR. JOSÉ ANTONIO DE FREITAS - As operações de crédito por antecipação de receita em função desse recente pacote do Governo Federal estão suspensas. O pacote suspendeu as operações. O compromisso dessas operações de crédito tomadas este ano e que passam para 1998 sêo cerca de 65 milhões.

O SR. JOSÉ EDUARDO MARTINS CARDOZO - Ficam 65 dos 106 milhões para o ano que vem?

O SR. JOSÉ ANTONIO DE FREITAS - Isso, e que devem ser liquidadas até 31 de janeiro ou renovada. É permitido a renovação.

* * *

- Aparte fora do microfone.

***

Folha n.º 67 do proc. nº 934 de 1997
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
S12	2	Paula	com.finanças	18.11.97	Freitas	

O SR. JOSÉ ANTONIO DE FREITAS - 800 milhões é o limite. Esse era o potencial de se contrair empréstimos por antecipação de receita. Desses 800 milhões permitidos pela lei , a Prefeitura tomou 106 milhões.

O SR. JOSÉ EDUARDO MARTINS CARDOZO - A Vereadora Lídia Correa tem razão na sua questão. Os 800 milhões que o senhor colocou em dívida de curto prazo já englobam o que resta para o ano que vem.

O SR. DITO SALIM - Quero comunicar que haverá uma reunião ordinária ainda hoje. Portanto, agora estão faltando 25 minutos para a reunião ordinária.

Tem a palavra o Sr. Secretário José Antonio de Freitas.

O SR. JOSÉ EDUARDO MARTINS CARDOZO - Sr. Presidente, há uma série de perguntas pendentes e outros Vereadores estão pedindo a palavra. Então, peço ao Sr. Secretário que prossiga respondendo as perguntas.

Folha n.º 934 do proc. 686 de 1997
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
S12	3	Paula	com.finanças	18.11.97	Freitas	

O SR. JOSÉ ANTONIO DE FREITAS - Eu gostaria de continuar respondendo as perguntas.

Paramos na antecipação de receitas. Serviço de boca-de-lobo, o Vereador talvez tenha uma posição anterior à nossa. A posição de hoje é que a Prefeitura [redacted] iniciou com 28 milhões, tem uma dotação atualizada hoje de 24 milhões e desses 24 milhões foram empenhados 10 milhões, aproximadamente 45%. Evidentemente, não foi empenhado mais por falta de recursos financeiros para não se comprometer mais ainda as finanças municipais. Foi liberado ainda hoje mais 3 milhões para esse serviço de bocadeílobo de tal forma que vamos terminar o ano de 24 milhões de dotações atualizadas para 13, 14, no máximo 15 milhões a serem empenhados. Não será mais do que isso. Estou tratando com o Secretário da SAR não só nesse seguimento de boca-de-lobo. A cidade está necessitando de serviços em quatro itens que reputo muito importantes: boca-de-lobo, conservação de canais e pequenos córregos, serviço de recapeamento e o serviço de conservação de praças e podas de árvores.

A Secretaria de Finanças em conjunto com as Secretaria das Administrações Regionais está montando um programa de trabalho que será viabilizado a partir de janeiro até junho. Venho

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
S12	4	Paula	com.finanças	18.11.97	Freitas	

insistindo junto à Secretaria das Administrações Regionais que a Secretaria de Finanças pede, o que a Secretaria de Finanças vai exigir é que esse trabalho seja feito de tal forma que cada regional a partir de janeiro tenha na sua sede tudo aquilo que será feito nesses três itens de serviço durante 6 meses e que a população possa cobrar do administrador regional , possa cobrar do Executivo a realização desses serviços programados.

Com relação ao Funaps, mais especificamente aos mutirões, o Secretário de Finanças se comprometeu com os representantes dos motirões a liberar depois que o Tribunal de Contas , ou melhor, a medida que o Tribunal de Contas passou a considerar como boas aquelas contas dos 105 mutirões , evidentemente que a coisa está evoluindo devagar, agora mais aceleradamente, mas a Secretaria de Finanças se comprometeu a repassar aos mutirões cerca de 1 bilhão até 1,2 bilhão mensalmente aos mutirões. É isso que a Secretaria de Finanças vem mantendo. Isso foi combinado com os representantes dos mutirões diretamente com o Secretário que nesse ano de 1997 seria, nós começamos com 800 milhões, foi avançando à medida que o Tribunal vai liberando os processos de tal forma que hoje está sendo liberado cerca de 1,2 bilhão. A medida que o

[redacted]

Folha n.º 70 do proc. n.º 034 de 1997
o funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
S13	1	valéria	com. fin.	18.11.97		

Tribunal de Contas liberando mais processos, vamos liberar mensalmente entre um bilhão e um bilhão e meio, como combinado. Reconheço que na proposta orçamentária no demonstrativo do fundo consta somente um elemento de despesa. Nós vamos corrigir isso, via emenda ou um remanejamento logo no início do ano, mas há o compromisso de se repassar essa quantia.

O SR. _____ - Então, vale para 98?

O SR. SECRETÁRIO _____ - Vale para 98.O empréstimo com as entidades e autarquias: basicamente a Prefeitura tomou no ano de 1996 150 milhões do Iprem em duas etapas, a primeira de 120 milhões e logo a seguir 30 milhões. Nós dividimos esses vencimentos. Evidentemente, a Prefeitura não esteve em 96, em 97 o ano todo, em condições de saldar esse compromisso com o Iprem. Nós dividimos esse montante em quatro contratos, de forma que a cada vencimento a Prefeitura vem procurando amortizar pelo menos uma parcela. Não é significativa mas a Prefeitura tem procurado amortizar 5-10% dos contratos. É evidente que isso vai entrar em 98 e existe o compromisso de saldar pelo menos 50% da dívida.

O SR. _____ - Seriam 50% dos 150 milhões, ou seja, ficaria para 99 o restante.

O SR. SECRETÁRIO _____ - Com relação à varrição, especificamente, em função da situação financeira da Prefeitura, o Secretário de Finanças propôs ao Secretário de Serviços e Obras uma redução de

de 50% nos serviços de varrição durante dois meses. A minha proposta foi efetivamente uma redução de 50% do valor financeiro. Evidentemente, entendo que se há redução da valor financeiro haverá a contrapartida no serviço, embora o Departamento de Limpeza Pública tenha informado a Secretaria de Finanças depois disso que não haveria uma redução significativa no serviço. O contato com o Secretário de Serviços e Obras foi feito pelo Secretário de Finanças e houve sim o pedido para que fosse reduzido 50%;

O SR. ADRIANO DIOGO - Cerca de 20 milhoes de reais, não é?

O SR. SECRETÁRIO - Sim, 20 milhões de reais, 10 milhões/mês.

Com relação aos precatórios judiciais esse relatório solicitado é conhecido, foi objeto de envio a CPI, um relatório que o Secretário de Finanças também fez um ofício, encaminhou ao Tribunal de Contas -e posso passar cópia do ofício, se é que o senhor já não tem - contestando esse valor apontado pelo Tribunal de Contas. Entendo que o Tribunal de Contas realmente apontou, nas folhas 18 e 19 do relatório, que a Prefeitura havia gasto 606 milhões em outras despesas, mas na folha anterior, 17 ou 18, o Tribunal de Contas aponta, no mesmo relatório, [illegible] que a Prefeitura tinha naquela época precatórios a pagar de cerca de 797 milhões. Então, entendo que se eu tenho 797 milhões a pagar, não houve

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
S13	3	valéria	com. fin.	18.11.97		

esse pretenso gasto com outras atividades formulado pelo Tribunal de Contas, mas tenho cópia do ofício e me comprometo a repassar ao senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO MARTINS CARDOZO - Uma última pergunta sobre o decreto da suplementação. Que elevação de receita é essa?

O SR.SECRETÁRIO - O que motivou esse decreto, a utilização do excesso de arrecadação, foi exatamente a anistia. A Prefeitura esperava arrecadar um montante de recursos, não atingiu e a Prefeitura espera que o total arrecadado com anistia fique por volta dos 100 milhões. Talvez pudesse ser dito no decreto que o excesso de arrecadação seria proveniente do resultado da anistia.

O SR. JOSÉ EDUARDO MARTINS CARDOZO - Então, podemos já ter assegurado que até esta data, até 14 de novembro já houve uma elevação de receita motivada pela anistia de 56 milhões?

O SR.SECRETÀRIO - Podemos considerar que houve até um puco mais, cerca de 65 milhões.

57

O SR. - Tem a palavra a nobre Vereadora Ana Martins.

A SRA. ANA MARTINS - Sr. Secretário,Sr. Presidente, gostaria que o senhor esclarecesse sobre o que está sendo destinado à Secretaria da Família e Bem-Estar Social. Em 96 foram 216 milhões; em 97,

~~575xmilhx~~

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
S13	4	valéria	com.fin.	18.11.97		

foram 575 milhões, se bem que nós sabemos que na execução caiu muito e os senhores agora estão colocando 347 milhões e 95 mil. Acho que o senhor tem conhecimento, assim como os demais Srs. Vereadores e presentes da dura realidade do desemprego e a situação das creches da Cidade, com a metade dos funcionários, com 50% do atendimento. Preocupa-nos que haja no previsto para 98 uma queda de 228 milhões. Gostaria que o senhor justificasse tendo em vista que o último pacote do Governo gera mais desemprego e que a população, portanto, ficará em pior condição de vida. Como se justificaria isso? Uma segunda questão: até entendo que haja uma retomada dos corredores. Gostaria de saber se o senhor, além do que já recebemos, tem algum material detalhado por que o projeto dos corredores parou e por onde os senhores começarão. Quanto à questão da canalização dos córregos, devo dizer que há uma expectativa de que os córregos já colocados no Orçamento de 96 e de 97 estão do mesmo jeito. Colocaram até uma placa no Córrego da Ponte Rasa e não dá a entender que esteja incluído no projeto. Gostaria que o senhor nos fornecesse subsídios necessários porque é uma questão levantada sempre pela população, uma vez que a expectativa foi gerada na campanha eleitoral na zona leste. Havia dinheiro para o projeto em 95, 96; 97 entrou no Orçamento. Muito obrigada.

O SR; DITO SALIM - Tem a palavra o nobre Vereador Henrique Pacheco.

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
S14	1	valéria	com. fin.	18.11.97		

O SR. HENRIQUE PACHECO - Sr. Secretário, talvez eu não possa ouvi-lo, mas depois apanharei sua resposta com a assessoria, pois tenho um compromisso na Mesa. A SAR tem um grupo de mineração que faz a fiscalização das pedreiras na cidade de São Paulo. Sabemos que hoje a cidade de São Paulo não dispõe de qualquer equipamento para verificar o ruído provocado pelas detonações nas pedreiras e a SAR começou um processo de terceirização para que uma empresa privada, com seus equipamentos procedesse à fiscalização. Sei que gira em torno de 150-180 mil reais. O contrato não foi assinado por falta de verbas e a cidade de São Paulo hoje não conta com qualquer tipo de controle das pedreiras, que vêm funcionando à vontade. Tivemos uma audiência da sua Secretaria e Secretaria do Verde e Meio Ambiente e percebemos que os recursos para esse setor foram completamente devastados, vamos dizer, diminuídos. Houve por parte dos Vereadores presentes na audiência quase que um pacto no sentido de assegurar que a Secretaria do VErde e Meio Ambiente pudesse ter pelo menos 1% de verba alocada para garantir que algumas questões como essa, da fiscalização e acompanhamento do trabalho de pedreiras, areia e outros, pudessem ser efetivdas. Por exemplo, a questão dos parques públicos quanto à limpeza, ou seja, uma série de atividades importantes estariam ameaçadas se não se assegurar no Orçamento verbas suficientes.

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
S14	2	valéria	com. fin.	18.11.97		

O SR. SECRETÀRIO - REspondendo ao Vereador Henrique Pacheco, devo dizer que a Secretaria de Finanças está disposta a rever a participação da Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Eu já disse que isto é uma proposta e estamos dispostos a analisar e retificar aquilo que for de interesse da população e da Cidade. Fica meu compromisso de participar nessa consecução das emendas e se for possível vamos atender à Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Em nenhum momento a Secretaria de Finanças pretendeu interromper os serviços destinados à conservação e manutenção de áreas verdes. Se for detectado realmente falta de recursos, poderemos corrigir via emenda dos parlamentares.

Rsspondendo à Sra. Vereadora, basicamente, quanto aos recursos destinados à Secretaria da Família e Bem-Estar Social, tenho dito aqui que o recursos da Secretaria de Finanças são finitos. A Prefeitura, à medida que tem um compromisso de 40% de sua arrecadação correente com gasto com pessoal, 30% da receita de impostos com gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, agravado ainda pelo fato de ter um remanescente dos anos de 95 e 96, os recursos tornam-se basicamente insuficientes para atender toda a demanda que a Cidade exige e precisa. Especificamente, a Secretaria da Família e Bem-Estar Social - e discordo de V.Exa. - está contemplada com 347 milhões contra gasto de 250 milhões programados para 97.

60

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
S14	3	valéria	com. fin.	18.11.97		

O que realmente aconteceu é que através de emendas formuladas pelos parlamentares no ano de 96 para o Orçamento de 97, o Orçamento de FABES sofreu uma suplementação, [redacted]

61

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
S15	1	Marcelo	Com.Finanças	18.11.97		

sofreu uma suplementação, sofreu um reforço, que, infelizmente, por uma série de medidas não foi possível que se empenhasse todo esse recurso; mas a Família e Bem-Estar Social é um segmento que o Prefeito Celso Pitta tem devotado, tem determinado uma atenção especial, principalmente às pessoas carentes. Portanto, o recurso de 97 é cerca de 40% ou 35% superior ao que será empenhado no ano de 97.

Com relação à Secretaria Municipal de São Paulo...

O SR. ADRIANO DIOGO - Secretário, V.Exa.poderia aproveitar este momento em que tem todo pessoal da educação aqui, responder as perguntas que vou formular: 1ª- quando foi feito aquele parcelamento até o ano 2.000, depois do calote de 95 e 96, nós não conseguimso achar na execução orçamentária esse dinheiro sendo rapassado por mês nas despesas com manutenção com ensino; em 97 não está sendo feita a ececução orçamentária. Eu gostaria que V.Exa. dissesse, já que a lei foi vetada, o que compõe as despesas com ensino e dizer com precisão, porque n no nosso cálculo, está muito abaixo. Para finalizar, porque é o que todo mundo quer saber aqui, por que reduzir de 30% para 25%? Se o senhor mantem essa proposta no orçamento e como é que diante de tal penúria aceita mais 40 mil alunos da rede estadual, sem nenhuma condição de aceitá-los neste momento, já que não vai entrar dinheiro do "fundão",

só no ano que vem, não era obrigado a aceitar, isso vai tumultuar totalmente a rede. É a questão da educação, aproveitando que os assessores estão aqui e não podem perguntar.

O SR. SECRETÁRIO - Terminando a indagação da Sra. Vereadora, quero dizer que com relação à Secretaria de Transportes, houve uma reunião com a participação do Sr. Carlos Toledo, onde, espero, não participei, mas espero que tenha fornecidos os dados necessários aos corredores que serão executados em 98.

A Secretaria de Finanças tem a informação de que será dado prosseguimento ao corredor Ibirapuera, fase I, II e III, a e construção dos terminais de Capelinha e Parelheiros, Lapa e Pirituba. Essa informação que a Secretaria de Finanças dispõe e o orçamento de 76 milhões foi baseado nessa informação.

Com relação à canalização de córregos, queria dizer que a Prefeitura manteve e está mantendo até este mês de novembro o cronograma apresentado pelo pessoal do G-Procav, está mantendo orçamentariamente as dotações para efetivação desse cronograma apresentado pelo pessoal do G-Procav, que está composto por 13 córregos. Também quero lembrar a Vereadora, fazendo uma comparação dos gastos de canalização com segmento de saneamento, o ano de 97 pretendemos encerrar com gasto

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
S15	3	Marcelo	Co.Finanças	18.11.97		

aproximado de 390 milhões, que durante dez anos é o segundo maior gasto nessa série histórica.

Com relação à indagação do Vereador Adriano Diogo, da educação, nós fizemos um decreto, no final de maio ou começo de junho, de 43 milhões, que era o decreto que pagaria perte desse remanescente de 95 e 96, ou seja, a parcela que deveria ser gasta em 1997. Isso, a lei aprovada, obriga que o Executivo repasse esse recurso mensalmente. Todo dia primeiro do mês a Secretaria de Finanças tem disponibilizado à Secretaria de Educação cerca de seis milhões e meio e a Secretaria de Educação tem empenhado, baseado no decreto que saiu em junho deste ano, que são basicamente os gastos com vale-refeição e manutenção de escolas.

Com relação à redução de 30% para 25%, o Secretário de Finanças nunca escondeu a sua posição, o Secretário de Finanças é a favor dessa redução, não que o Secretário de Finanças seja contrário a gastos com educação, mas o recurso do município, a receita do município é uma receita finita, é uma receita que se estreita a cada ano. A medida que a Prefeitura destina 30% da sua arrecadação de impostos com os gastos para o desenvolvimento da educação quando o Brasil inteiro trabalha basicamente com 25%, é um percentual definido pela Constituição

Ex

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
S15	4	Marcelo	Co.Finanças	18.11.97		

Federal e se não fosse um percentual viável, o Governo Federal trataria de elevar esse percentual. Existem duas exceções que trabalham com 30%, mas as cidades podiam até 97 inserir até 97 os gastos com merenda escolar. Não é o caso de São Paulo, que pela Lei Orgânica está proibido de inserir nos gastos xxxx de aplicação a xx merenda escolar.

Portanto, a redução do Secretário de Finanças é uma redução de 30% para 25%, porque eu já disse isso, V.Exa. não estava presente, V.Exa. conhece a cidade melhor que eu, a cidade demanda, a cada dia, por novos serviços, por novos investimentos e não tem recursos para se atender toda essa demanda xxxxxx quando se xxxxxxxx canaliza 30% da sua arrecadação de impostos para o desenvolvimento do ensino.

Digo mais, com toda essa pretensa não aplicação dos 30%, porque a Prefeitura em nenhum momento utilizou a merenda escolar, que todos os municípios e o Governo do Estado utiliza, mesmo assim a Prefeitura tem gasto mais de um milhão de real por aluno, quando o valor estipulado pelo Governo Federal é cerca de R$ 340,00 por aluno. Portanto, essa é a posição da Secretaria de Finanças.

65

O SR. DITO SALIM - Agradeço a presença do Dr. José Antonio de Freitas, Secretário Municipal de Finanças, Dr. Álvaro Padim, Chefe de Gabinete, Dr. Odilon Guedes, Vereador Dalton Silvano, Vereador [illegible]

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

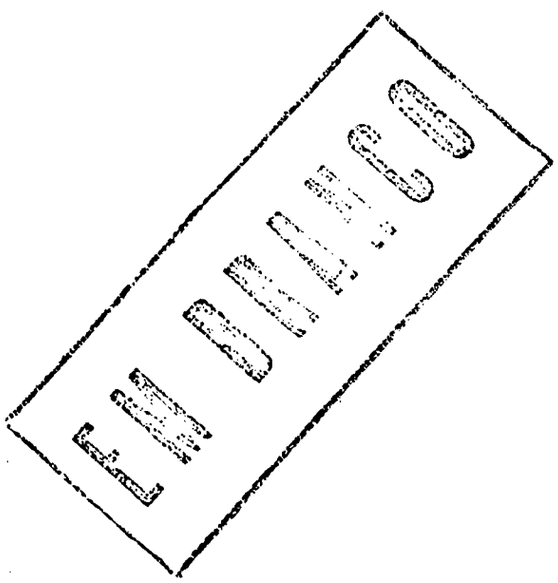
RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
S-16	1	Carla	Finanças	18.11.97		

[redacted], Hanna Gharib, José Eduardo Martins Cardoso, Lídia Correa, Natalício Bezerra, Arselino Tatto, Bruno Féder, José Viviani Ferraz, José Mentor, Ana Martins, Henrique Pacheco e Adriano Diogo.

Dou por encerrado o PL 933/97, do orçamento de 1998 e o PL 934/97, do plano plurianual.

Agradeço a todos e encerro a presente reunião ordinária, sala Tiradentes, 8º andar. Tenham todos uma boa tarde. Muito obrigado.

66



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SEGUE(M) juntado(s) nesta data documento(s) rubricado(s) sob n.º 82 e fôlha de informação sob n.º 02/12/97 a (

Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 82 do proc. n.º 934 de 1997
O funcionário

PRORROGAÇÃO

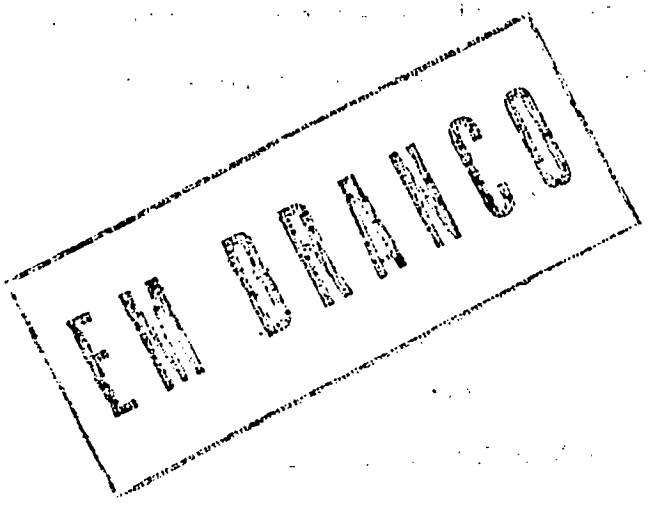
Tendo em vista a necessidade de maiores estudos sobre a matéria, prorrogo o prazo para elaboração do relatório, conforme disposto no artigo 63, "caput", do Regimento Interno.

Em 02 / 12 /1997.

DITO SALIM

PRESIDENTE DA COMISSÃO

DE FINANÇAS E ORÇAMENTO



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

PEGUE(M) juntad[illegible] cupim

[illegible]ado(s) sob o nº 82/85

[illegible]ação sob

09/12/97

ISABEL P. S. HIRASHIRO
Of. Adm. Geral III

Folha n.º 83 do proc. n.º 934 do 1997
o funcionário
RACHEL P. T. [illegible] SHIRO
Adm.

Câmara Municipal de São Paulo

16 - PAR
16-1523/1997

7 DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 934/97

O presente projeto de lei, de autoria do Executivo, dispõe sobre o Plano Plurianual da Prefeitura do Município de São Paulo, para o quadriênio 1998/2001.

O Plano Plurianual foi apresentado em conformidade com os artigos 69, inciso X e 137, inciso I, da Lei Orgânica do Município.

O artigo 69 determina que compete privativamente ao Prefeito:

> "Art. 69 - ...
> X - propor à Câmara Municipal projetos de lei relativos ao *plano plurianual*, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, dívida pública e operações de crédito."

E, conforme o artigo 137, da Lei Orgânica do Município, leis de iniciativa do Poder Executivo Municipal estabelecerão:

> "Art. 137 - ...
> I - o plano plurianual:
> ...
> § 1º - A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública municipal para as despesas de capital, e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada."

Tendo em vista a ausência de lei complementar para disciplinar a matéria, conforme determina o artigo 165, § 9º, I, da Constituição Federal, o Executivo elaborou a proposta baseada em três segmentos. O primeiro é um diagnóstico econômico da Prefeitura; o segundo apresenta diagnósticos, diretrizes básicas e alguns objetivos; o terceiro, relaciona, por órgão, as despesas de capital, outras delas decorrentes e os programas de duração continua-

Folha n.º 84 do proc. n.º 934 de 1997
o funcionário
ISRAEL P S. HAMASHIRO
Dpt. Adm. Geral

Ademais, para os efeitos da propositura, consideram-se:

I - diretrizes, o conjunto de critérios que deve disciplinar e orientar os diversos aspectos envolvidos na atuação do Governo, seja de forma global ou setorial;

II - objetivos, os resultados que se pretendem alcançar com a realização das ações governamentais; e

III - metas, o conjunto de obras e serviços a serem realizados para atingir os objetivos estabelecidos.

Para o quadriênio 1998/2001, o Plano Plurianual é de R$ 6.941.620.000,00 (seis bilhões, novecentos e quarenta e um milhões, seiscentos e vinte mil reais).

Consta da mensagem do Plano Plurianual que, para a projeção da "capacidade de investir com recursos próprios", foram adotadas as seguintes premissas:

a) as receitas correntes de 1998 terão crescimento real de 15,1% em relação a 1997 em função do aperfeiçoamento da administração tributária a ser obtido com a intensificação da atualização dos cadastros fiscais, da informatização e da fiscalização dos tributos municipais;

b) a evolução da receita nos exercícios subseqüentes se dará à taxa de 3,3% ao ano (média do período 92/97);

c) em função do volume de obras realizadas no período 93/96, novos precatórios pressionarão a execução orçamentária dos próximos exercícios, mesmo que os depósitos iniciais, após a Constituição de 1988, tenham sido próximos do valor real dos imóveis;

d) as despesas correntes após 1998 terão um crescimento

Folha n.º 85 do proc.
nº 934 de 1997
o funcionário
ISABEL P. S. NASHIRO
Of. Adm. III

real de 2,0% ao ano;

e) a rolagem dos títulos públicos vai ser aprovada pelo Senado até 1999;

f) a dívida mobiliária (títulos) a ser resgatada a partir do ano 2000 (Art. 5º da Emenda Constitucional nº 3/93) à base de R$ 1,10 bilhão por ano (de 2000 a 2004) teria seu perfil alongado em 20 anos (R$ 275 milhões por ano).

Quanto ao aspecto formal, o projeto cumpre os requisitos constitucionais e legais pertinentes à matéria, mormente os artigos 165, § 1º, da Constituição Federal, e 137, § 1º, da Lei Orgânica Municipal.

No que tange aos aspectos de mérito, a propositura reveste-se do maior interesse público, eis que 45,9% do total de recursos previstos destinam-se à Secretarias da área social.

Destarte, diante do alcance do plano ora em exame, o parecer é favorável.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em 9 de dezembro de 1997.

Presidente -

Relator -

17 - RELCOM
17-2263/1997

Publicado no DIÁRIO OFICIAL
de 10. 12. 97 pag. 49
coluna 2 conteúdo: Isa

A A.T.M.
Em, 11 / 12 / 97

ISABEL P. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SEGUE(M) juntado(s) a esta folha o(s) documento(s) abaixo
discriminado(s) sob n.º 86 e folha de informação nº
n.º ____/____/____/____

Folha n.º 86 do proc.
nº 934 de 97

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
12	1	Monteiro	127 ord.	25.02.98		

OPERADOR	REVISOR	CADERNO	DISK

Item 1

- PL 934/97, do Executivo

Dispõe sobre Plano Plurianual para o quadriênio 1998/2001.

Fase da discussão: 1ª

Parecer nº 1523/97, da Comissão de Finanças e Orçamento, publicado no D.O.M. de 10.12.97.

Aprovação mediante voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Folha n.o 87 do proc.
n.º 934 do 19 97

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
12	2	Monteiro	127 ord.	25.02.98		

OPERADOR	REVISOR	CADERNO	DISK

O SR. PRESIDENTE (Nelo Rodolfo - PPB) - Não há oradores inscritos; está encerrada a discussão. A votos. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão; os contrários ou aqueles que desejarem verificação nominal de votação, manifestem-se agora.

O SR. JORGE TABA (PDT) - (Pela ordem) - Sr. Presidente, a bancada do PDT deseja manifestar seu voto contrário ao projeto.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - (Pela Ordem) - Sr. Presidente, a bancada do PT vota contrariamente ao projeto.

A SRA. ANA MARTINS (PC do B) - (Pela ordem) - Sr. Presidente, a bancada do PC do B deseja manifestar seu voto contrário ao projeto.

O SR. ROBERTO TRÍPOLI (PSDB) - (Pela ordem) - Sr. Presidente, a bancada do PSDB vota contrariamente ao projeto.

Folha n.o 88 do proc. n.º 939 de 19 97

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
12	3	Monteiro	127 ord.	25.02.98		

OPERADOR	REVISOR	CADERNO	DISK

O SR. PRESIDENTE (Nelo Rodolfo - PPB) - Registrem-se os votos contrários das bancadas do PDT, PT, PC do B e PSDB. Está aprovado o projeto. A matéria ficará à disposição dos Srs. Vereadores para apresentação de emendas por duas sessões. Em seguida, voltará em segunda discussão.

Lembro aos Srs. Vereadores que ainda estamos aguardando a relação de nomes das bancadas do PTB, do PT e do PC do B para a composição das Comissões Permanentes.

Lembro também que na próxima terça-feira teremos a reunião do Colégio de Líderes na qual será discutida a pauta de votos.

Conforme acordo de lideranças, vamos encerrar a sessão de hoje.

Convoco os Srs. Vereadores para a próxima sessão ordinária, com a Ordem do Dia a ser publicada.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

- o - o -

Folha nº 89 do proc.
nº 934 do 19 97

Câmara Municipal de São Paulo

nº 01

EMENDA AO PROJETO DE LEI N 934/97

"Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 1998/2001"

Parágrafo 2º - As diretrizes e os objetos a que se referem este artigo são apresentados no anexo I, desta lei que no item da SAÚDE passa a ter a seguinte redação:

RECEBIDO NA A. T. M.
Em 03/03/98
às 16:30 horas

SAÚDE

DIAGNÓSTICO E DIRETRIZ BÁSICA.

A partir do terceiro parágrafo até o quinto substituir por:

"Implantar o SUS em São Paulo com a devida articulação entre os serviços de Saúde das três esferas de governo.

Garantir o atendimento universal, hierarquizando à toda população.

Ampliar e reformar a rede de equipamentos de saúde do município.

Implantar o PAISM - Programa de Atendimento Integral à Saúde da Mulher na rede de serviços municipais.

Criar condições para o funcionamento do Conselho Municipal de Saúde.

Garantir a participação popular e o controle social no atendimento prestado pelos serviços de saúde municipal.

Nos objetivos do item SAÚDE, suprimir o sub-item quatro e subistituir pelo texto:

"Intensificar programas de treinamento para melhor qualificar os profissionais da rede municipal de saúde".

Sala das Sessões,
Vereadora Ana Martins
Lider do PCdoB

REJEITADO
5 MAR 98
Presidente

C. P. M. S. P.
05 MAR 1998

Folha nº 90 do proc.
nº 934 de 1997

JUSTIFICATIVA

Adequação orçamentária à demanda social.

Publ. no DOM
04 103 88
Pg. Col.
8750

Folha n.º 91 do Proc. 934 de 1997

Câmara Municipal de São Paulo

EMENDA Nº 02 AO PROJETO DE LEI N 934/97

"Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 1998/2001"

Parágrafo 3° - As metas a que se referem este artigo são especificadas no anexo II desta lei com a alteração no quadro:

Secretaria Municipal de Transportes - 20

Vereadora Ana Martins

Lider do PCdoB

RECEBIDO NA A. T. M.
Em 03/03/98
às 16:30 horas

REJEITADO
5 MAR 98
Presidente

COPIA
05 MAR 1998
TAQUIGRAFIA

Folha n.º 92 do proc.
n.º 934 de 1997

JUSTIFICATIVA

Adequação orçamentária à demanda social.

Publ. no DOM
4/03/98
Col
936

ANEXO I

PLANO PLURIANUAL 1998/2001 - LEI N.

(EM REAL 1,00 DE JUNHO DE 1997)

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES - 20

OBRAS E PROGRAMAS	CUSTO					REGIÃO				
	1998	1999	2000	2001	TOTAL	CENTRO	NORTE	SUL	LESTE	OESTE
1 DESPESAS DE CAPITAL	311.255.304	338.000.000	366.310.480	400.000.000	1.415.565.784	84.386.148	165.794.909	497.494.909	418.094.909	249.794.909
1.1 - Aumento de Capital da São Paulo Transporte S/A (Reforma de veículos e amortização de encargos)	40 000 000	44 000 000	60 000 000	76 000 000	240 000 000	48 000 000	48 000 000	48 000 000	48 000 000	48 000 000
1.2 - Aumento de Capital da Companhia de Engenharia de Tráfego - CET	3.000 000	4 000 000	4 000.000	4 000 000	15 000 000	3 000 000	3 000 000	3 000 000	3 000 000	3 000 000
1.3 - Reformulação do Sistema Semelonco-SENCO II(implantação de 5 CTA's)	15 000 000	8 000 000	8 000.000	0	29 000 000	27 000 000	1 000 000	500 000	500 000	
1.4 - Implantação de veículos leves sobre Pneus-FURA FILA	150 000.000	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	450 000.000,00			200.000.000,00	200.000.000,00	50.000.000,00
1.5 - Participação na Construção do Rodoanel (181 Km's)	30 000 000	60 000 000	16 000 000	70.000 000	176 000 000		100 000 000	40 000 000		36 000 000
1.6 - Sistema de Monitoramento das Marginais	1 079 636	12 000 000	13.500 000	15 000 000	41.579 636		10.394 909	10 394 909	10 394 909	10 394 909
1.7 - Fundo Municipal do Sistema dos Corredores Segregado exclusivos para tráfego de ônibus-FUNCOR (12 corredores e 3 terminais)	147.165.663,00	150.080.000,00	96.810.480,00	85 000.000,00	483.956.148,00	66.386.148,00	63.400.000,00	130 600 000,00	91.200.000,00	112.400.000,00
2 CUSTEIO DECORRENTE DAS DESPESAS DE CAPITAL	12.000.000	12.000.000	20.000.000	20.000.000	64.000.000	12.800.000	12.800.000	12.800.000	12.800.000	12.800.000
2.1 - Operacionalização do SENCO II (5 CTA's)	12 000 000	12 000 000	20.000 000	20 000 000	64 000 000	12 800.000	12 800 000	12 800 000	12 800 000	12 800 000
TOTAL	323.255.304	350.000.000	366.310.480	420.000.000	1.479.565.784	97.186.148	178.594.909	510.294.909	430.894.909	262.594.909

COMISSÃO
ORÇAMENTO

Folha n.º 33 do Proc. nº 334 do 18 97

Publ. no DOM
04/03/92
Pg.____ Col.____

SECRETARIA DA
DE FINANÇAS E

Folha n.º 99 do proc. n.º 934 de 1997

16 - PAR
16-0168/1998

DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE AS EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 934/97 (PLANO PLURIANUAL PARA O QUADRIÊNIO 1998/2001)

Conforme determina a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno desta Casa, foram recebidas por esta Comissão as emendas ao Plano Plurianual para o quadriênio 1998/2001.

Na conformidade do estabelecido pelo Regimento Interno, deve esta Comissão reunir as emendas apresentadas em três grupos, de acordo com a recomendação a ser dada por ela, a saber: rejeição, aprovação ou transferência de apreciação para o Plenário.

Foram apresentadas duas emendas, ambas de autoria da nobre vereadora Ana Martins.

As referidas emendas são direcionadas às áreas de Saúde, onde se pretende alterar as diretrizes básicas e objetivos da proposta original, e Transportes, onde se pretende alterar a distribuição de recursos entre as metas da proposta original para a Secretaria Municipal de Transportes.

Quanto à área de Saúde, entendemos que a política de saúde prevista no projeto coaduna-se com a diretriz básica do atual governo, qual seja o modelo de gestão compartilhada do PAS (Plano de Atendimento à Saúde), que revolucionou o atendimento médico-hospitalar em São Paulo. Destarte, consideramos que qualquer alteração nessa área implicaria no desvirtuamento desse modelo, que, conforme a mensagem de encaminhamento do Senhor Prefeito, alcançou nível recorde de 91% de aprovação por seus usuários. Portanto, pe-

Folha n.o 95 do proc. n.º 934 de 1997

la rejeição da primeira emenda.

No que tange à área de transportes e trânsito, a diretriz básica da propositura é garantir a eficiência operacional do transporte público municipal; proporcionar maior fluidez no tráfego; inibir o uso do transporte individual e difundir o uso do transporte coletivo; promover maior segurança ao motorista e, principalmente, ao pedestre. Sob esse aspecto, portanto, a emenda não traz aprimoramento à proposta original, e posicionamo-nos, desse modo, por sua rejeição.

Concluindo, este parecer é pela rejeição de ambas as emendas, e pela aprovação do projeto em sua redação original.

É o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

Presidente - Voto de Qualidade

Relator -

(contrário)

contrário

(contrário)

contrário

Publicado no DIARIO OFICIAL
de 05 / 03 / 1998
pagina 47 coluna 1
Conferido: [signature]

A A.T.M.
Em 05 / 03 / 98

[signature]
ISABEL P. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

Pres. DITO SALIM
LÍDIA CORREA
VICENTE VISCOMÉ
HANNA GHARIB
JOSÉ EDUARDO
DALTON SILVANO
HENRIQUE PACHECO
NATALÍCIO BEZERRA

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
10	1	alex	131a. ord.	5 3 98		

OPERADOR	REVISOR	CADERNO	DISK

- PL 934/97, do Executivo. Dispõe sobre Plano Plurianual para quadriênio 1998-2001. Fase da discussão: 2a. (com duas emendas). Parecer nº 1.523/97, da Comissão de Finanças e Orçamento, publicado no D.O.M. de 10/12/97. Aprovação mediante voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara.

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
10	2	alex	131a. ord.	5/3/98		

OPERADOR	REVISOR	CADERNO	DISK

O SR. PRESIDENTE (Nelo Rodolfo - PPB) - Não há oradores inscritos; está encerrada a discussão. A votos. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão; os contrários, ou aqueles que desejarem verificação nominal de votação, manifestem-se agora.

O SR. ADRIANO DIOGO (PT) - (pela ordem) - Sr. Presidente, a Bancada do PT vota contrariamente ao projeto.

O SR. DALTON SILVANO (PSDB) - (pela ordem) - Sr. Presidente, a Bancada do PSDB vota contrariamente ao projeto.

A SRA. ANA MARTINS (PC do B) - (Pela ordem) - Sr. Presidente, a Bancada do PC do B vota contrariamente ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Nelo Rodolfo - PPB) - Registrem-se os votos contrários das bancadas do PT, do PSDB e do PC do B. Está aprovado.

Em votação as emendas, em bloco. Os Srs. Vereadores favoráveis à rejeição permaneçam como estão; os contrários, ou aqueles que desejarem verificação nominal de votação, manifestem-se agora.

Folha n.º 98 do proc. n.º 939 de 1997

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
10	3	alex	131a. ord.	5 3 98		

OPERADOR	REVISOR	CADERNO	DISK

O SR. ARSELINO TATTO (PT) - (Pela ordem) - Sr. Presidente, a Bancada do PT vota contrariamente à rejeição, em bloco, das emendas.

O SR. DALTON SILVANO (PSDB) - (Pela ordem) - Sr. Presidente, a Bancada do PSDB vota contrariamente à rejeição, em bloco, das emendas.

A SRA. ANA MARTINS (PC do B) - (Pela ordem) - Sr. Presidente, a Bancada do PC do B vota contrariamente à rejeição, em bloco, das emendas.

O SR. PRESIDENTE (Nelo Rodolfo - PPB) - Registrem-se os votos contrários à rejeição das bancadas do PT, do PSDB e do PC do B. Estão rejeitadas as emendas.

O projeto vai à sanção.

Srs. Vereadores, lembro a V.Exas. que na próxima terça-feira, às 11 horas, faremos uma reunião com todas as lideranças desta Casa para a discussão dos vetos que constam da pauta da sessão ordinária. Logo em seguida a esta reunião e à sessão ordinária, faremos, de comum acordo com todos os líderes e os membros desta Casa, sessão extraordinária para a primeira votação do projeto acerca das supervisoras de cursos da Prefeitura de São Paulo, propositura que já se encontra na Casa e está pronto para a votação, inclusive atendendo-se a pedido de vários vereadores.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Papel para informação, rubricado como folha nº - 99 -

do processo nº 01-0934 de 1997 (a)

À LEG. 3 - Sr. Chefe:

O presente projeto foi aprovado em 2a. discussão e votação na 131ª Sessão Ordinária de 5 de Março do corrente, rejeitadas as Emendas, estando, portanto, em condições de ser enviado à sanção.

05.03.1998

BRENO GANDELMAN
Assessor Téc. Leg. Chefe Subst.
A. T. M.

RECEBIDO EM LEG. 3
05/ III /198
Am 13,50 hs.

Sr. Zuzi,

Preparar ofício, cópia autêntica, carta de lei e registro.

05/03/98

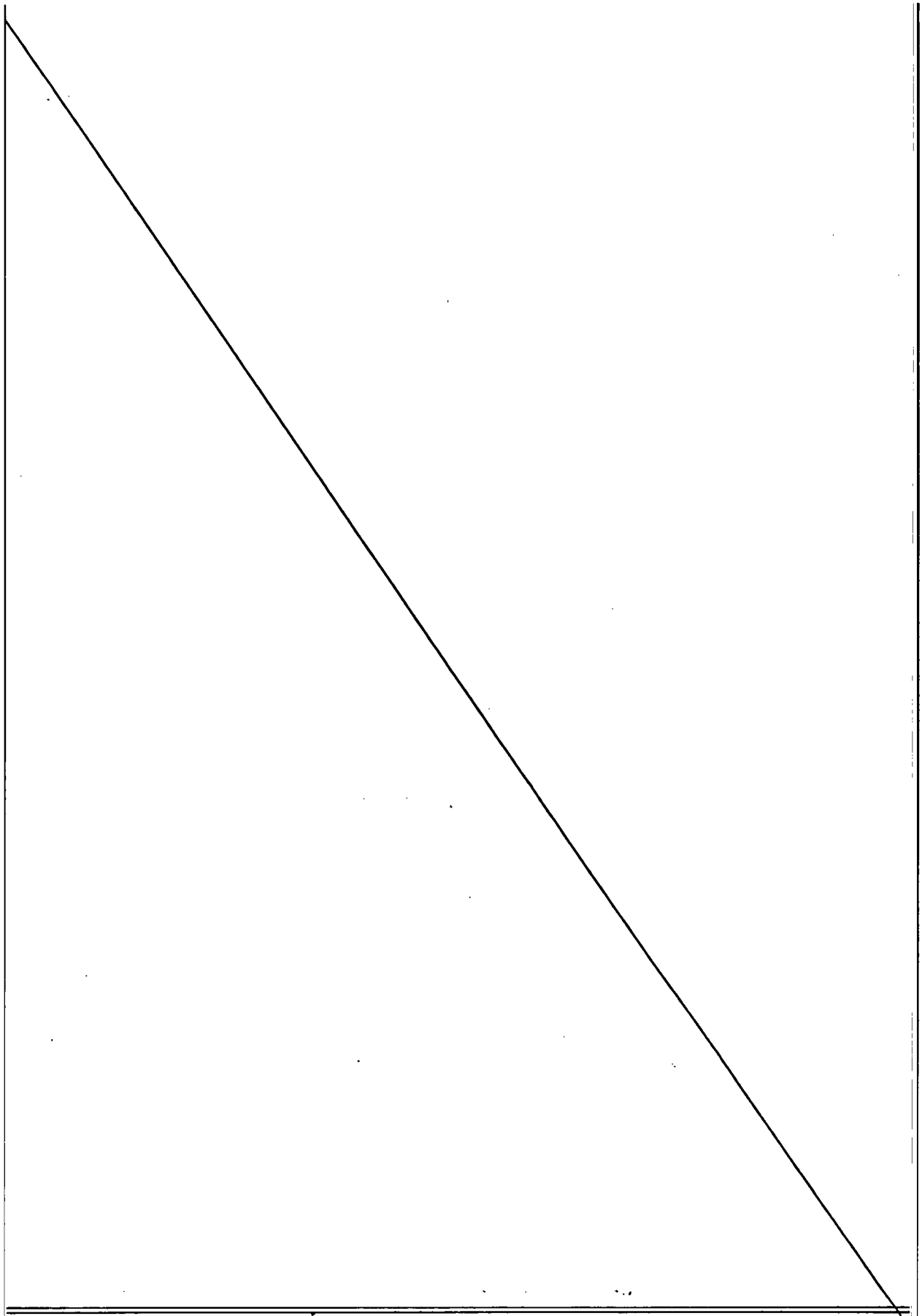
JOSÉ CRISTINO SOUZA SANTOS
Chefe de Seção Técnica III
Substituto

Sr. Chefe,

Preparados conforme solicitação de V.Sa.

05/03/98

ZUZI ASSATO
Assistente de Chefia Técnica



SEGUE ..... juntado ..... nesta data, ... documento ..... e papel para informação, rubricado .....

sob folha ..... nº .....

Em ..... / ..... / .....

(a) .....

Câmara Municipal de São Paulo

Folha nº 100 do proc.
nº 934 de 1997

São Paulo, 10 de março de 1998.

18 - OF-LEG3
OFICIO N.0062/1998

Senhor Prefeito.

Encaminho a Vossa Excelência cópia autêntica da lei decretada pela Câmara em sessão de 05 de março do corrente, relativa ao Projeto de Lei nº 934/97, de autoria desse Executivo - dispondo sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 1998/2001 e dando outras providências.

Valho-me da oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

NELO RODOLFO
Presidente

Anexo: Anexo I e II.

A Sua Excelência o Senhor
Doutor Celso Roberto Pitta
Digníssimo Prefeito do Município de São Paulo.

z.a.

18 - OF-LEG3
OFICIO N.0062/1998

Folha nº 107 do proc. nº 934 de 1997

Câmara Municipal de São Paulo

----------Cópia autêntica. LEI DECRETADA NA SESSÃO DE 05 DE MARÇO DE 1998. Cópia extraída de fls. do Processo. (PROJETO DE LEI Nº 934/97). Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 1998/2001 e dá outras providências. A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO decreta: Art. 1º - Esta lei institui o Plano Plurianual da Prefeitura do Município de São Paulo, para o quadriênio 1998/2001, em cumprimento ao disposto nos artigos 69, inciso X e 137, inciso I, da Lei Orgânica do Município de São Paulo, o qual estabelece, para o período, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública municipal. § 1º - Para cumprimento das disposições da Lei Orgânica do Município de São Paulo, que disciplinam o Plano Plurianual consideram-se: I - diretrizes, o conjunto de critérios que deve disciplinar e orientar os diversos aspectos envolvidos na atuação do Governo. É portanto, uma política de Governo, podendo ser global ou setorial; II - objetivos, os resultados que se pretendem alcançar com a realização das ações governamentais; III - metas, o conjunto de obras e serviços a serem realizados para atingir os objetivos estabelecidos. § 2º - As diretrizes e os objetivos a que se referem este artigo são apresentados no anexo I desta lei. § 3º - As metas a que se referem este artigo são especificadas no anexo II desta lei. Art. 2º - Os valores constantes do Plano Plurianual são de junho/97. Art. 3º - Os recursos para a execução do Plano Plurianual, para o quadriênio 1998/2001, serão estimados e definidos por ocasião da elaboração

Folha nº, 109 do proc. nº 934 de 1997

dos orçamentos correspondentes àqueles exercícios. Art. 4º - A programação da Despesa do Plano Plurianual, para o quadriênio 1998/2001, será desdobrada por órgão e por região. Art. 5º - O Poder Executivo promoverá medidas necessárias à efetiva execução do Plano Plurianual, no período, o qual poderá ser revisado ou modificado, ao longo de sua vigência, através de lei específica, em decorrência de alterações de prioridades ou do contexto social, econômico ou financeiro. Art. 6º - Esta lei entrará em vigor a 1º de janeiro de 1998, revogadas as disposições em contrário. Eu, ZUZI ASSATO Assistente de Chefia Técnica. Assistente de Chefia Técnica, padrão "QPA-10-B", extraí a presente cópia fielmente de fls. do livro competente nº 50 e digitei. Eu, KATHYA REGINA MORALES DE SOUZA Assistente Parlamentar Assistente Parlamentar, padrão "QPA-5-A" a conferi. São Paulo, 05 de março de 1998. Chefe da Seção Técnica de Preparo e Registro de Documentos Legislativos, JOSÉ CRISTOVÃO DE SOUZA SANTOS Chefe da Seção Técnica Substituto. Visto, [illegible] Diretora do Departamento dos Serviços Legislativos da Câmara Municipal de São Paulo.-

Diretor Técnico de Depto. DL 1

aa) Nelo Rodolfo, José índio Ferreira do Nascimento, Antonio Goulart, Ana Maria Quadros, Natalício Bezerra.

Folha nº 103
nº 9341 do p
de 1997

Câmara Municipal de São Paulo

LEI Nº 12.571 DE 23 DE março DE 1998.

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 1998/2001 e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara, em sessão de 05 de março de 1998, decretou a seguinte lei:

Art. 1º - Esta lei institui o Plano Plurianual da Prefeitura do Município de São Paulo, para o quadriênio 1998/2001, em cumprimento ao disposto nos artigos 69, inciso X e 137, inciso I, da Lei Orgânica do Município de São Paulo, o qual estabelece, para o período, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública municipal.

§ 1º - Para cumprimento das disposições da Lei Orgânica do Município de São Paulo, que disciplinam o Plano Plurianual consideram-se:

I - diretrizes, o conjunto de critérios que deve disciplinar e orientar os diversos aspectos envolvidos na atuação do Governo. é portanto, uma política de Governo, podendo ser global ou setorial;

II - objetivos, os resultados que se pretendem alcançar com a realização das ações governamentais;

III - metas, o conjunto de obras e serviços a serem realizados para atingir os objetivos estabelecidos.

§ 2º - As diretrizes e os objetivos a que se referem este artigo são apresentados no anexo I desta lei.

§ 3º - As metas a que se referem este artigo são especificadas no anexo II desta lei.

Art. 2º - Os valores constantes do Plano Plurianual são de junho/97.

Folha nº 104 do proc. nº 9341/97 de 1997

Art. 3º - Os recursos para a execução do Plano Plurianual, para o quadriênio 1998/2001, serão estimados e definidos por ocasião da elaboração dos orçamentos correspondentes àqueles exercícios.

Art. 4º - A programação da Despesa do Plano Plurianual, para o quadriênio 1998/2001, será desdobrada por órgão e por região.

Art. 5º - O Poder Executivo promoverá medidas necessárias à efetiva execução do Plano Plurianual, no período, o qual poderá ser revisado ou modificado, ao longo de sua vigência, através de lei específica, em decorrência de alterações de prioridades ou do contexto social, econômico ou financeiro.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor a 1º de janeiro de 1998, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de São Paulo, 05 de março de 1998.

O Presidente,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Folha nº 115

MEMORANDO

São Paulo, 10 de março de 1998.

Recebi ofício Leg.3 nº **062/98** , de **10.03.98** , encaminhando ao Executivo cópia autêntica de lei decretada pela Câmara, relativa do Projeto de Lei nº **934/97** , de autoria **desse Executivo.**

RECEBI EM:
16/03/98

Anexo: **Anexo I e II.**

Eliene C. Pinha
Oficial de Gabinete
SGM/ATL

CÓD. 0553

LEI Nº 12.571, DE 23 DE MARÇO DE 1998
(Projeto de Lei nº 934/97, do Executivo)

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quatriênio 1998/2001, e dá outras providências.

CELSO PITTA, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.
Faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 5 de março de 1998, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Esta lei institui o Plano Plurianual da Prefeitura do Município de São Paulo, para o quatriênio 1998/2001, em cumprimento ao disposto nos artigos 69, inciso X e 137, inciso I, da Lei Orgânica do Município de São Paulo, o qual estabelece, para o período, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública municipal.

§ 1º - Para cumprimento das disposições da Lei Orgânica do Município de São Paulo, que disciplinam o Plano Plurianual consideram-se:

I - diretrizes, o conjunto de critérios que deve disciplinar e orientar os diversos aspectos envolvidos na atuação do Governo. É portanto, uma política de Governo, podendo ser global ou setorial;

II - objetivos, os resultados que se pretendem alcançar com a realização das ações governamentais;

III - metas, o conjunto de obras e serviços a serem realizados para atingir os objetivos estabelecidos.

§ 2º - As diretrizes e os objetivos a que se refere este artigo são apresentados no anexo I desta lei.

§ 3º - As metas a que se refere este artigo são especificadas no anexo II desta lei.

Art. 2º - Os valores constantes do Plano Plurianual são de junho/97.

Art. 3º - Os recursos para a execução do Plano Plurianual, para o quatriênio 1998/2001, serão estimados e definidos por ocasião da elaboração dos orçamentos correspondentes àqueles exercícios.

Art. 4º - A programação da Despesa do Plano Plurianual, para o quatriênio 1998/2001, será desdobrada por órgão e por região.

Art. 5º - O Poder Executivo promoverá medidas necessárias à efetiva execução do Plano Plurianual, no período, o qual poderá ser revisado ou modificado, ao longo de sua vigência, através de lei específica, em decorrência de alterações de prioridades ou do contexto social, econômico ou financeiro.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor a 1º de janeiro de 1998, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 23 de março de 1998, 445º da fundação de São Paulo.
CELSO PITTA, PREFEITO
EDVALDO PEREIRA DE BRITO, Secretário dos Negócios Jurídicos
JOSÉ ANTONIO DE FREITAS, Secretário das Finanças
Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 23 de março de 1998.
EDEVALDO ALVES DA SILVA, Secretário do Governo Municipal

*** Os Anexos I e II serão publicados oportunamente.

Publicado no DIÁRIO OFICIAL
de 24/03/1998
pagina 01 coluna 01
Conferido:

À ATM,

Para as devidas providências.

24/03/98

JOSÉ CRISTINO SOUZA SANTOS
Chefe de Seção Técnica III
Substituto

AO DT. 94 - SRA. CHEFE:
ARQUIVAR O PRESENTE PROCESSO

24/03/98

BRENO GANDELMAN
Assessor Tec. Leg. Chefe Subst.
A. T. M.

Observação:
Duas folhas nº 10.

DT, 27-3-98

DEPARTAMENTO
DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMÁTICA
SEÇÃO TÉCNICA DE ARQUIVO

Proc. encerrado c/ #107# fls.

Arquivo em 27-3-98

O Func.º

LINA ANGELICA MARIA GUMAUSKAS
Documentalista

SEGUE ..... juntado ..... nesta data, ... documento ..... e papel para informação, rubricado .....

sob folha ..... nº .....

Em ...../...../.....

(a) .....